

Jornal da Vila de Prado



Mensário Ano X N.º 123 9 de Junho de 1997

Director: Alfredo Pedrosa

Preço: 85\$00

Bom Sucesso nº 1
reclama espaço próprio

António Machado obtém
reparação judicial
de ofensas

Vila de Prado continua
alvo de marginalização

Pág. 2

Vila Verde marca história
na Internet com
Helder Cerqueira

Bento Morais marca
apresentação pública

Recenseamento agudiza
rivalidades em Lanhas

Pág. 3

Jantar do Governador
provoca azia
em populares e políticos

Pág. 4

Santa Casa negocia
retoma do Hospital
de Vila Verde

Benesses governamentais
chegam a Barbudo
e Coucieiro

Pág. 9

Camadas jovens do Prado
têm pernas para andar

6º A de Prado publica
os nossos usos e costumes

Arlindo Fagundes reúne
"jóias da coroa"

Pág. 11

José Fernandes publica
"Alfobre de Amores"

Arlindo Fagundes lança
manual de cerâmica

Últ. Pág.

No rescaldo de um explosivo ano de conflituosidade étnica...

GOVERNADOR CIVIL CONTA COMO FOI



"A verdade é que as construções estavam lá há três ou quatro anos e o tráfico de droga não começou com a vinda dos ciganos, já que existe na zona de Prado, Cabanelas, Oleiros, Cervães, Vila Verde, há pelo menos uma dúzia de anos, (...) e a primeira vez que as reclamações dessas populações têm uma resposta capaz, sou eu que a dou. Nenhum Governador Civil, nenhuma autoridade antes de mim se preocupou tanto e procurou dar resposta tão rápida e consequente aos problemas."

Págs. 6 / 7

Para desespero e indignação de toda uma região...

CONTINUA O PESADELO!



Agora a abertura do concurso está marcada para o dia 3 de Julho, porque afinal as inteligentes cabeças que tutelam este empreendimento, reconsideraram a ideia de o construir por fases, talvez pensando que de qualquer das formas o ansiado epílogo não passa de uma miragem e a consulta popular é já daqui a uns mesitos.

Págs. 4 / 5

OLHO VIVO

VILA DE PRADO CONTINUA ALVO DE MARGINALIZAÇÃO

Há já alguns meses que a Junta de Freguesia da Vila de Prado colocou na praça da Botica os materiais necessários para a execução de um projecto de alteração daquele espaço, na sequência de uma petição dos moradores, interessados em tornar o local mais agradável e convidativo.

Se a autarquia local cumpriu a sua parte no processo, já o mesmo não se poderá dizer da Câmara Municipal, porquanto a dita obra foi aprovada pelo executivo e os materiais ali se encontram, a dificultar o trânsito, sendo certo que se um dia a obra começar metade terá desaparecido.



Entretanto, o Presidente da Câmara asseverou à autarquia pradense que a obra não será executada, no que está obviamente a desrespeitar uma deliberação do executivo camarário, que aprovou o projecto apresentado pela Junta de Freguesia.

Foi ainda deliberado, e como resposta a ofícios da Junta de Freguesia, a remoção dos cães abandonados na urbanização da Quinta da Botica, que perturbam o sossego e a segurança dos moradores, bem como a vedação do recinto da Escola do 1º ciclo do Ensino Básico de Francelos nesta mesma Vila, mas quanto ao cumprimento é o que (não) se vê!..

• Balneários da Praia Fluvial para quando?

O executivo camarário, por proposta do PSD, como nos casos acima referidos, deliberou também que fossem ultimadas as últimas necessidades dos balneários implantados no primeiro semestre do ano passado na Praia Fluvial do Faial.

Já na pretérita época balnear, para grande espanto dos inúmeros frequentadores daquele agradável espaço, as portas estiveram encerradas, temendo-se que o mesmo aconteça este ano. É que, tanto quanto apurámos, aquele equipamento continua a não dispor de água, de energia eléctrica, para além de parecer não haver entendimento quanto à responsabilidade pela colocação ali de um funcionário. Situação lamentável que vem conduzindo à progressiva degradação de um equipamento mais do que pertinente.

Depois queixam-se os responsáveis pelos destinos deste município que a Administração Central não veicula financiamentos para Vila Verde. Para isto não vale a pena!



SECUNDÁRIA SOLICITA AJUDA PARA MOÇAMBIQUE

A Escola Secundária de Vila Verde, através da Prof.ª Maria José Ribeiro, decidiu participar activamente na campanha "Educar na Solidariedade-Moçambique 97".

Após terem-no feito em relação a Angola no ano passado, a Fundação Pro Dignidade, a União das Misericórdias e a Cruz Vermelha Portuguesa, estão a promover nova recolha de material escolar, destinado desta feita às crianças do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico de Moçambique. Livros escolares, cadernos, estojos e outro material de desenho, lápis, canetas, esferográficas, calculadoras, obras literárias... poderão ser encaminhados para as instalações da Cruz Vermelha mais próximas ou para a Escola Secundária de Vila Verde até ao dia 15 de Julho.

Integrada na Rede de Bibliotecas Escolares

BOM SUCESSO Nº1 RECLAMA ESPAÇO PRÓPRIO

A Escola do Bom Sucesso nº1 e a EB 2,3 da Vila de Prado foram seleccionadas para integrar o projecto em maturação da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares.

O mesmo aconteceu com a Escola Secundária de Vila Verde, pelo que se pode considerar que o nosso concelho foi privilegiado, já que apenas cem escolas a nível nacional e trinta nortenhas foram contempladas. Trata-se de um projecto de iniciativa ministerial que visa dotar progressivamente as escolas portuguesas dos vários níveis de ensino de bibliotecas com condições dignas dessa nomenclatura, não só através de comparticipações financeiras que permitam as indispensáveis aquisições bibliográficas e de equipamentos, mas apostando também na formação dos docentes e funcionários envolvidos na gestão dos núcleos bibliotecários já existentes.

O desenvolvimento e execução do projecto estão a ser operados em consonância com as bibliotecas públicas e municipais e daí ter recaído, segundo o professor José Faria, sobre a Escola do 1º ciclo do Bom Sucesso nº1, da Vila de Prado, a atenção dos promotores do mesmo. É que a partir da abertura da Biblioteca Professor Machado Vilela, o pequeno germen bibliográfico existente naquele estabelecimento de ensino ganhou novo fôlego, apostando claramente num significativo, proffcuo e entusiasmado envolvimento com a biblioteca municipal.

O professor José Faria mostra-se mesmo bastante empenhado na implementação deste projecto naquela secular escola, recentemente sujeita a obras de restauro, por considerá-lo "muito importante, com uma estrutura bastante sólida, que tem como objectivo último e primordial colocar a população a ler a partir das camadas mais jovens". Este dinâmico docente manifesta um claro optimismo quanto à abrangência e significado deste projecto, até por haver outra



escola de Prado envolvida, perspectivando, em termos de objectivos, que "com a futura biblioteca se consiga estabelecer uma certa relação entre as várias escolas de Prado, que vivem cada uma no seu canto, o que não é admissível numa vila tão pequena".

Questionado quanto ao espaço necessário para o funcionamento da futura biblioteca, o pradense José Faria dir-nos-ia que a revelação da forma de ocupação do edifício escolar em que lecciona numa reunião em Famalicão, em que esteve presente o Director Regional de Educação do Norte, chegou a provocar hilariedade entre os presentes. Segundo o próprio, "enquanto os representantes da grande maioria das escolas, sobretudo do 1º ciclo, se queixavam da falta de espaço, nós temos a maior parte dos espaços fechados à escola, entregues a instituições estranhas à mesma, enquanto o material que adquirimos para uma videoteca está guardado no sótão da minha casa, quando chove não há espaço para abrigar os miúdos, a biblioteca funciona num exiguo quartinho, o que é completamente ridículo".

O Conselho Escolar tem vindo a insistir, debalde, junto da Câmara Municipal no sentido da libertação dos espaços de que necessita, sugerindo mesmo a possibilidade de uma coabitação com o clube de Columbofilia e o das Fontainhas, "que funcionam ao fim de semana", preparando-se para recorrer à Direcção Regional de Educação do Norte. É que a partir de Junho o projecto ora apresentado entrará numa fase de consubstanciação, sublinhando o professor José Faria a necessidade da existência de um espaço cativante e acolhedor que torne possível uma desejável envolvimento significativa dos pais e encarregados de educação dos alunos, que se constituíram este ano em associação. Preside à Direcção Domingos Gomes, secundado por Luís Martins, com Alexandrina Cerqueira a secretariar, Maria de Fátima Rodrigues a exercer o cargo de tesoureira e Feliciano Pinho é o vogal. À Mesa da Assembleia Geral preside Maria da Graça Peixoto, com a vice-presidência a ser ocupada por Ana Natália Lima, enquanto Maria Perpétua Costa secretaria. No Conselho Fiscal, a presidente é Maria Arminda Barbosa e os vogais são Maria Júlia Carvalho e Maria José Machado.

ANTÓNIO MACHADO OBTÉM REPARAÇÃO JUDICIAL DE OFENSAS

O ex-Secretário da Junta de Freguesia de Oleiros, António Machado, acaba de ver reparadas as ofensas de que foi alvo em Março de 1996, em pleno movimento de contestação ao comportamento da comunidade cigana de João Garcia sediada naquela freguesia.

Tivemos então oportunidade de noticiar que aquando da recolha de assinaturas para um abaixo-assinado denunciador das irregularidades e alegadas ilegalidades praticadas pela comunidade cigana, António Machado acabaria por ser acusado de corrupção e de favorecimento dos ciganos contra a freguesia. O visado teria redigido o texto contestador da postura da comunidade cigana, mas aquando da recolha das assinaturas pela povoação não o assinou, por impossibilidade, não o fazendo igualmente numa reunião da sede da

Junta por o mesmo ter sido fotopiado sem que esperassem pela sua assinatura.

Foi nessa altura que foi acusado de ter recebido dinheiro dos ciganos para viabilizar as construções no respectivo acampamento, continuando a prestar-lhes e aos que os visitavam serviços de transporte no seu taxi. Considerando-se vítima de uma maquinação política tendente a afastá-lo da Junta de Freguesia, António Machado processou judicialmente os seus ofensores, a saber, o professor Joaquim Fernandes Gonçalves, de Febros-Lage, e o comerciante Albino Afonso de Macedo, do lugar do Monte-Oleiros. Lamentava o ofendido que com tanta gente a receber dinheiro dos ciganos por serviços prestados no exercício das mais variadas acti-

vidades profissionais, o culpassem de tudo, ameaçando-o até telefonicamente de morte.

Na audiência do dia 29 de Abril, no Tribunal Judicial de Vila Verde, os arguidos acabaram por, defronte do Juiz e do Magistrado do Ministério Público, apresentar um pedido de desculpas a António Machado, considerando-o uma "pessoa extremamente honesta e incapaz de qualquer acto menos digno", penitenciando-se por em momento de exaltação terem proferido palavras em seu desabono.

Ainda que com direito a exigir uma indemnização monetária dos seus ofensores, António Machado desistiu da queixa e aceitou as explicações apresentadas como suficientes para reparar as ofensas de que havia sido alvo, com a condição de lhe ser permitido torná-las públicas.

Sob a égide do monárquico Herdel Cerqueira...

VILA VERDE MARCA HISTÓRIA NA INTERNET

O núcleo de Vila Verde da Real Associação de Braga conheceu alguma notoriedade aquando da organização de um marcante certame promocional da causa monárquica, encerrado com a visita ao concelho do Duque de Bragança, D. Duarte.

Numa série de colóquios semanais, levados a efeito no mês de Fevereiro, notáveis personalidades dos mais variados quadrantes da vida nacional debruçaram-se sobre o ideal monárquico na Biblioteca Professor Machado Vilela. Da iniciativa, intitulada "A Monarquia em Questão", ficou especialmente na retina da comunicação social a inesperada e surpreendente novidade de que havia sido o núcleo monárquico de Vila Verde, sob a égide do Arquitecto Helder Cerqueira, das primeiras organizações mundiais e a primeira a nível nacional a indexar páginas monárquicas na Internet, que D. Duarte orgulhosamente teve oportunidade de consultar na sua visita a Vila Verde, no mês de Abril: "Foi a primeira vez que ele viu o 'Site', o nosso endereço, a funcionar e gostou imenso, porque tudo aquilo tem cor e movimento, já que tenho muito cuidado na elaboração das páginas, para o que tive de aprender duas línguas de programação de computadores (JAVA e HTML) porque não tenho conhecimentos desta área de engenharia."

Impunha-se entabular uma conversa com o responsável pelo concelho de Vila Verde perante o pretendente ao trono, o arquitecto camarário Helder Cerqueira, que se encontra entre nós desde Outubro de 1993, após ter vivido no sul do País, oriundo de Moçambique, onde nasceu: "Aos poucos os meus interesses acabaram por coincidir com os interesses locais, porque percebi rapidamente que Vila Verde era extremamente carenciada em todas as áreas e também extremamente negligenciada. E após alguns esforços no sentido de uma maior abertura dos centros de decisão em relação a Vila Verde, fui introduzindo aqui a vertente monárquica, sendo minha convicção que o que faz falta numa terra não são os núcleos mas homens de bem, a nobreza de cora-

ção e não a de cartão."

O Núcleo Monárquico de Vila Verde, que existe oficialmente desde 21 de Maio do ano passado e publica a folha informativa "O Imortal", não tem uma caracterização partidária, existindo apenas com a única finalidade de "promover a ideia da Monarquia e de contribuir para o bem-estar da Nação e do povo portugueses. E Vila Verde tem uma relação curiosa com a História de Portugal, embora feita de obscuridade, tendo estado sempre na linha da frente da história nacional, com papéis muito importantes, como no episódio das guerras civis."

Foi assim que Helder Cerqueira decidiu que Vila Verde iria uma vez mais marcar história, ainda que a partir dos bastidores, servindo-se da Internet. Tornando-se proprietário da fachada "Espaço Lusitano", já existente na Internet, alterou-lhe o nome para "Lusitano.Come" e pôs no ar, em 15 de Agosto do ano passado, as páginas monárquicas, que são as que continuam a ter maior proeminência e, ao fim de um ano, continuam a ser as únicas no espaço nacional. Ainda que mantendo patente que se trata de uma obra de Vila Verde, que daqui parte para o resto do País e do Mundo, Helder Cerqueira transformou-o num canal posto à disposição do gabinete de D. Duarte, passando a ser o endereço oficial da família real portuguesa na Internet.

Digitaliza-se no computador SAPO.UA.PT, Serviço de Apontadores Portugueses da Universidade de Aveiro-Portugal, e eles têm uma série de menus e o interessado digitaliza a palavra que lhe interessa e eles dizem o que há relacionado com aquilo, ou vai pela sua própria iniciativa e ao digitalizar "Monarquia" só aparece um endereço "Lusitano. Verde Real", que são as páginas do núcleo de Vila Verde



da Real Associação de Braga, em que se encontram textos sobre a Monarquia Portuguesa, a Família Real, notícias sobre Vila Verde, aspectos de divulgação internacional do nosso concelho: "Há já pessoas que antes de sair de casa já consultam a Internet e se quiserem saber o que se passa em Vila Verde basta digitalizar as duas palavras e chegam às nossas páginas, devidamente ilustradas. Vamos ter também umas páginas sobre a Biblioteca e estamos a ver se arranjam também algumas sobre Turismo de Habitação."

De acordo com o nosso interlocutor, "a Monarquia tem hoje e cada vez mais que ser encarada como um sistema que funcione, mais do que como uma ideia poética. D. Duarte insiste muito que hoje as Monarquias ou são democráticas ou não fazem qualquer sentido. É um erro pensar-se que a instauração da Monarquia hoje teria os mesmos moldes da Monarquia Constitucional do fim do século passado. Deve ter-se a consciência de que as nossas monarquias estiveram sempre na linha da frente, tivemos sempre os sistemas mais avançados a nível mundial, com as outras monarquias a seguirem o nosso exemplo. Portanto, se hoje tivéssemos uma Monarquia em Portugal ela seria vanguardista."

Denunciados pelo filho de João Garcia

TRIBUNAL CONFIRMA PROCESSO CONTRA AGENTES DA GNR

O Tribunal de Instrução criminal de Vila Verde confirmou, no pretérito dia 23 de Maio, 14 das 15 acusações no processo-crime que envolve treze agentes da GNR e três civis.

A decisão do Tribunal resulta da admissão da existência de indícios justificativos, mormente as acusações de associação criminosa e narcotráfico.

Volvido o debate instrutório, o magistrado terá decidido manter as 14 acusações deduzidas em Fe-

vereiro de 1996 pelo Ministério Público, apenas excluindo o crime de posse de arma ilegal. O referido debate terá incluído a auscultação de diversas testemunhas, grande parte agentes da GNR.

Segundo o Diário do Minho de 23 de Maio, tudo terá começado com a alegada denúncia de Joaquim Garcia, filho do conhecido chefe da ex-comunidade de etnia cigana de Oleiros, de que lhe terão sido furtados 4 mil contos e 95 gramas de heroína que o denunciante havia

escondido numa barraca e que os visados terão "desviado" quando no ano de 1995 teve lugar uma rusga realizada pela Polícia Judiciária de Braga e pela GNR de Matosinhos ao acampamento de Cabanelas.

Segundo a referida fonte, no decurso da instrução do processo surgiram novos depoimentos com acusações de ilegalidades cometidas pelos arguidos, que aparecem assim associados à prática de crimes de peculato em acções de repressão do narcotráfico.

Bento Morais marca apresentação pública

O candidato à Câmara Municipal de Vila Verde designado pelo Partido Popular, Bento Morais, adiantou-nos, em primeira mão, que procederá ao anúncio público da sua candidatura no dia 21 de Junho.

O actual vereador e Presidente da Câmara de 1994 a 1996, negou ter o protelamento de tal acto a ver com o processo que lhe foi instaurado relativo à instalação do mercado de média superfície "LIDL" num terreno da Cooperativa Agrícola a cujos destinos então presidia e ainda preside. Sustenta mesmo Bento Morais que esse processo nunca o preocupou, afirmando que "foi viciado, foram roubadas folhas na Câmara para me comprometerem, tendo, por exemplo, deixado apenas a primeira página do contrato - promessa de compra e venda como forma de se dizer que os 5 mil contos que a cooperativa recebeu de sinal tinha sido eu a recebê-los de luvas". O dinheiro da venda do terreno foi logo aplicado numa bouça dez vezes maior, por 43 mil contos e 20 mil foram aplicados no edifício para onde foi a Escola Profissional, que nos está a pagar 600 contos por mês. Eu pedi à Polícia Judiciária que investigasse o desaparecimento de documentos e o que eu queria era que uma decisão sobre este processo saísse já, mas sem julgamento político."

Questionado sobre se não estaria Manuel Monteiro a "enravar" a sua candidatura por ter um processo administrativo em curso, Bento Morais nega-o categoricamente. O facto de não ter procedido à apresentação após a Páscoa, como anunciara, prendeu-se alegadamente com uma consulta prévia às freguesias: "Eu tenho os pés bem assentes no chão e não podia começar por cima mas por baixo. Eu tinha primeiro que me expôr perante o concelho, apresentar o meu projecto, o que queria fazer e saber se podia fazer, porque se eu encontro resistência não ia ser no fim carne para canhão."

E adianta mais: "Manuel Monteiro veio a Cabanelas por intervenção minha e eu nunca me juntei a ele para almoçar porque não queria misturas. Acho que agora é que é a hora porque vem aí um período de férias e é preciso dizer aos vilaverdenses que, sim senhor, estou aqui."

Recenseamento agudiza rivalidades em Lanhas

O mês de Maio revelou-se algo polémico na freguesia de Lanhas, em torno do recenseamento eleitoral.

Os eleitos do PSD local acusam a Comissão Recenseadora, presidida pelo socialista e presidente da Junta de Freguesia, António Gama, de estar a introduzir alterações no caderno eleitoral alegadamente facciosas e atentatórias da legalidade. Referem-se concretamente a um processo de exclusão de recenseados que deixaram de residir na freguesia há pouco mais de dois meses, por supostamente não serem da cor política do executivo, enquanto outros, seus simpatizantes, "são mantidos nos cadernos eleitorais, apesar de dezenas deles já não residirem há vários anos e outros nunca o fizeram".

Mais acusam os membros da Assembleia de Freguesia do PSD que "o presidente da Junta chega ao cúmulo de estar a anular inscrições de pessoas que têm exercido o seu direito de voto há vários anos nesta freguesia e que foram recenseados a seu pedido".

A referida Comissão Recenseadora, em comunicado à imprensa datado de 30 de Maio, reputa de caluniosas as acusações supra-citadas, sustentando que se trata de "mais um acto irresponsável, de cobardia e mercenarismo político", que condenam advogando que estão a agir em perfeita conformidade com a Lei do Recenseamento Eleitoral nº 69/78 de 3 de Novembro, procedendo ao "recenseamento dos cidadãos eleitores com 'residência habitual e efectiva' na área geográfica desta freguesia de Lanhas, bem como, por força dos números 1, 2 e 3 do artº 26 do referido normativo legal, diligenciar a transferência da inscrição no recenseamento por motivo de mudança de residência de alguns dos eleitores".

Os socialistas referem ainda que em 3 de Maio o presidente da Junta recebeu dos eleitos locais do PSD uma listagem de 35 eleitores que os mesmos queriam ver "riscados" dos cadernos eleitorais, pelo que se lhes afiguram contraditórias as denúncias recentes dos mesmos sociais-democratas.

No fundo, cada uma das partes acusa a outra de assumir posições que alegadamente revelam desespero de causa, num ano eleitoral em que as lutas pelo poder inevitavelmente se intensificam, numa freguesia onde o PS se encontra no poder desde 1976, pesem embora as tentativas infrutíferas do PSD para derrubar o seu rival.

Sismo origina morte em Aboim da Nóbrega

O abalo sísmico com epicentro em Espanha que se fez sentir na nossa região na madrugada do dia 22 de Maio gerou o pânico entre uma parte da população. Algumas dezenas terão mesmo abandonado as suas casas, dada a ocorrência de algumas réplicas e com receio dos efeitos das mesmas. À parte uns sustos e umas paredes rachadas, os efeitos do sismo acabariam por se saldar muito positivamente, não fosse a indisposição de uma habitante de Aboim da Nóbrega que redundou na própria morte.

Tem corrido os periódicos a notícia de que Maria de Lurdes Lobo da Costa, de 42 anos, no seguimento do abalo se sentiu mal, foi transportada ao hospital de Vila Verde e, como o seu estado inspirasse maiores cuidados, ao de Braga, onde viria a falecer, alegadamente por comoção.

MARTINHO GONÇALVES



PONTE — “Estão garantidas todas as exigências que Vila Verde e eu próprio fizemos junto da Secretaria de Estado quanto à natureza técnica da obra. Vamos ter praticamente na íntegra o projecto que estava inicialmente em vigor, com as quatro faixas, havendo apenas uma pequena alteração técnica que a seu tempo se verá, e com a novidade da ligação à E.N. 205. Quanto à implementação disto, em breve darei novidades quanto ao “timing” em que isto se irá processar. Tenho, porém, a garantia de que o assunto vai ser resolvido este ano, com passos concretos e definitivos, para que as pessoas fiquem, de uma vez por todas,

convencidas que desta vez é mesmo para começar.”

CIGANOS — “Nós fomos a Cabanelas ouvir a população e apresentarmos uma proposta prática de resolução do problema que tem a ver com as duas vertentes que estão em causa. Por um lado, garantir a segurança das pessoas, motivo de todo este processo, com a colocação de um posto móvel junto ao acampamento cigano, como forma de evitar que se desenvolvam lá actos ilícitos, designadamente o tráfico e consumo de droga, que toda a gente sabe que ali é feito. Estando a população segura, confiante e serena teremos a partir daí condições para, na Câmara Municipal, em colaboração com os outros partidos e com o Governo, através dos competentes órgãos e institutos, encontrar uma solução para a integração daquela comunidade e arranjo urbanístico que ali se justifica, não procedendo a uma demolição pura e simples das barracas.

O Governador Civil fica à margem deste processo porque se mostrou incapaz de o resolver, não sendo um árbitro que tenha autoridade para se fazer respeitar e para dar passos neste sentido. E por outro lado porque isto é uma proposta minha e do Partido Socialista que, como se sabe, tem neste capítulo posições totalmente diferentes do senhor Governador. Não se trata sequer de marginalização, mas da constatação de facto de que o senhor Governador não deve interferir mais neste processo porque quando interfere fá-lo mal.”

ARLINDO FAGUNDES



PONTE — “Eu sei que vamos ter o começo das obras por altura das eleições e então vai ter lugar mais um festival de exibicionismo oportunista, em que toda a gente vai andar a dizer: Fui eu, fui eu quem fez com que as obras arrancassem! Acho que quanto mais depressa começarem as obras da nova ponte melhor, mas... Que obras? Que ponte? Não nos devemos deixar arrastar agora por intenções de qualquer das forças políticas interessadas nas Autárquicas. Convém saber exactamente quando e que ponte nos querem enfiar. Há que fazer muita força para que a versão da ponte seja de facto a versão integral, devidamente planificada e quase que diria com dinheiro

à vista, porque a história dos 100 mil contos apesar de não deixar de ser uma questão de pormenor não deixa de me inquietar.”

CIGANOS — “Apesar de tudo a poeira está a assentar, e só quando ela assentar e quando todos estivermos dispostos a não berrar mais e a falar como gente é que o problema se vai resolver. Eu sou contra a expulsão dos ciganos, porque acho que têm o direito de viver aqui em condições dignas como toda a gente. Mas sou também contra o tráfico de droga e acho que os traficantes, ciganos ou não, devem ser submetidos aos efeitos da Justiça.

Tem interessado a alguém, que continua a vender esse peixe, que se diga que o Governador Civil nos chamou racistas e xenófobos, quando isso de facto não aconteceu. Alguns dos candidatos à Câmara ganharam protagonismo à custa desta questão, continuando a alimentar uma guerra que tinha como objectivo pura e simplesmente tentar ganhar votos. Penso que Bento Morais terá ganho alguns e que o Martinho Gonçalves terá perdido muitos. Eu, tendo em conta o sector do eleitorado a que me bato, terei ganho alguns com a posição que mantive desde o início: Ciganos sim, droga não!

À vista desarmada, uma proposta de construção de fogos para ciganos é uma medida positiva, mas convinha saber se calhar porque vem tão tardiamente do lado do PS. Primeiro ganharam um facto político com a exigência da demissão do Governador Civil, mas Martinho Gonçalves saiu derrotado, levando um valente puxão de orelhas do seu partido. Deixou de exigir a demissão do Governador, que no seio do PS ganhou a batalha com grande aparato e mediatismo, e os socialistas de Vila Verde sentiram que eram obrigados a propor alguma medida concreta para resolver o caso e não fazer disto uma pura guerra de palavras e uma campanha oportunista.

Em todo o caso, parece que as coisas estão a ir ao sítio, as cabeças estão a arrefecer e as propostas de solução parece que estão a aparecer. Se for assim eu acho que estamos todos de parabéns e pode ser que este período negro para o bom nome de Vila Verde esteja a chegar ao fim. Mas ainda vamos ter que trabalhar muito para o limpar.”

Comunidade cigana de Oleiros

JANTAR DE BACELAR PROVOCA AZIA POPULAR E POLÍTICA

O diferendo surgido em torno do tratamento dispensado às comunidades de etnia cigana de Oleiros e Cabanelas entre populares locais e também políticos vilaverdenses e o Governador Civil de Braga, atingiu o rubro com a realização do jantar de apoio e desagravo a este último, no dia 23 de Maio.

“Pedro Vasconcelos não está só” foi o “slogan” que presidiu à organização do jantar, a resposta encontrada pelos adeptos da actuação de Pedro Bacelar de Vasconcelos no conflito que opõe aquelas minorias étnicas às populações locais e que levou estas a exigir a demissão do Governador defronte do Palácio dos Falcões, no dia 25 de Abril. As populações de Oleiros, Cabanelas e Cervães, representadas por uma denominada “Frente Popular”, queixavam-se de terem sido “insultadas de racistas e xenófobas” pelo Governador Civil e, à imagem da Assembleia Municipal de Vila Verde, reunida na manhã desse mesmo dia, exigiam do Ministro da Administração Interna, Alberto Costa, a demissão do máximo representante governamental no distrito.

Na sua óptica, “o insulto de ‘racismo’ induzido pelo Governador Civil de Braga, apenas serve para esconder graves ilegalidades”, reportando-se às construções clandestinas de Regalde, “onde se pratica o crime de tráfico de droga”. Entendem os pretensos representantes das populações de Cabanelas, Cervães e Oleiros que “a demolição dessas barracas e a construção, em locais apropriados de casas dignas era com o que o Governador Civil se deveria preocupar e não em acalentar uma situação ilegal”.

• Jantar cai mal aos socialistas

Apesar de os organizadores do jantar afirmarem claramente não estarem contra quem quer que seja, nem os mover quaisquer estratégias de afrontamento de pessoas ou grupos, a verdade é que sobretudo os socialistas bracarenses viam com maus olhos a iniciativa. Diríamos mesmo que foi a gota de água que quase fez transbordar as sensibilidades no seio do PS distrital. A nomeação do Governador Civil e posteriormente da Vice-Governadora já tinham sido vistas com maus olhos pela Federação Distrital, com a acção de Pedro Bacelar nos casos de Oleiros e de Cabanelas a merecer censura por alegados excessos formais cometidos, que mereceram do deputado Martinho Gonçalves a contundente recomendação da retirada do ocupante do Palácio dos Falcões, não obstante as cúpulas nacionais aplaudirem expressamente a acção do visado.

Porém, o jantar veio provocar melindres, sendo interpretado como uma manobra de divisão do partido, a quem o Governador era acusado de não dar ouvidos. Pedro Bacelar não se escusou, porém, a explicar os seus argumentos junto da Federação Distrital e do grupo parlamentar do seu partido, que reconheceram terem sido salvaguardados os princípios socialistas

de defesa dos direitos das minorias, mas, alega-se, algo desvalorizadas as preocupações das populações. O que pretensamente terá agradado ao deputado Martinho Gonçalves, que não se conseguiu furtar, ao que parece, a um forte abanão das cúpulas socialistas, abandonando a repetida ideia da necessidade do seu camarada abandonar o Palácio dos Falcões.

Gorada a aventada tentativa de convencer o Governador Civil a não estar presente no jantar, o líder parlamentar do PS, viu-se mesmo obrigado a vir ao terreno com o intuito de repôr o equilíbrio institucional perdido e retirar ao jantar um presumível cariz de julgamento das populações e da classe política vilaverdense, nada favorável em termos eleitorais.

Francisco Assis reuniu mesmo com as populações em Cabanelas, no dia 20 de Maio, acompanhado dos deputados Martinho Gonçalves e António Braga, mostrando compreensão pelas suas inquietações mas fazendo ver não ser admissível a expulsão pura e simples das comunidades ciganas e prometendo desenvolver esforços no sentido da tomada de resoluções práticas que solucionem os problemas existentes, designadamente a colocação de um posto móvel da GNR naquela localidade. Deixou também bem claro que iria participar no jantar de apoio e desagravo ao Governador por o considerar uma manifestação de reafirmação dos princípios do PS em matéria de integração social.

• “Agravo e afronta ao povo de Vila Verde”

No próprio dia do jantar, o Partido Popular concelhio convocou uma conferência de Imprensa para fazer ver que o mesmo constituiria “um agravo e afronta ao povo de Vila Verde”, reiterando a necessidade da demissão do Governador Civil.

Aliás, o candidato à Câmara, Bento Morais, acompanhado do presidente da Concelhia, Domingos Pereira, e da Distrital, António Pedras, afirmou mesmo que António Guterres deveria retirar a pasta da Administração Interna ao ministro Alberto Costa. Mostrou-se revoltado, envergonhado e chocado por após insistentes pedidos de medidas de segurança, as populações vilaverdenses terem sido apelidadas de racistas por “alguns senhores instalados” que prometem um posto móvel como se de esmola se trate, colocando-se ao lado de “criminosos” contra “gente trabalhadora que paga impostos, cumpre e respeita a lei e se sente ameaçada por quem não o faz”. Convidou mesmo os líderes dos quatro principais partidos nacionais a virem a Vila Verde debater a segurança e a droga, com os comunistas vilaverdenses, em comunicado, a lembrarem aos “populares” que a criação do Conselho Municipal de Segurança que propuseram e foi aprovada pela Assembleia Municipal nunca chegou a ser concretizada pelo executivo camarário, o que a acontecer talvez tivesse obstado a toda esta problemática.

O Presidente da Concelhia, Domingos Pereira, enveredou por um

lamentável e nada abonatório ataque pessoal, reportando-se ao aspecto físico do Governador.

Também a Frente Popular de Cabanelas, Cervães e Oleiros não poupou, através de comunicado, o Governador Civil e os que se associaram à “hipocrisia do jantar de desagravo”, reputando-o de “mais uma provocação às populações honradas e trabalhadoras de Vila Verde”. Condena ainda “o oportunismo político da extrema-esquerda”, que, na sua opinião, se tem servido do Governador Civil para que “o nosso concelho e a nossa pátria sejam denegridos internacionalmente”. Desejando que o jantar representasse uma festa de despedida do Governador Civil, apelavam a todos os portugueses que não votassem nas listas eleitorais integradas por todos quantos foram à sua “comesaina de desagravo”.

• “Não mereço jantares de despedida”

Na noite do dia 23 de Maio, compareceram ao jantar - “Com Pedro Bacelar. Pelo Estado de Direito Democrático.” -, nas instalações da Universidade do Minho, cerca de um milhar de pessoas dos mais variados sectores e sensibilidades, oriundos de muitos pontos do País.

Do elenco governamental compareceram os ministros António Vitorino, Ferro Rodrigues e Manuel Maria Carrilho, e ainda os Secretários de Estado Oliveira Martins, António Costa e José Lamego. Do grupo parlamentar socialista apenas estiveram presentes cinco deputados e só dois dos oito eleitos pelo distrito de Braga, Sónia Fertuzinhos e Artur Sousa Lopes, acompanhados do líder Francisco Assis, de Manuel Alegre e de Helena Roseta. Notadas foram as ausências de qualquer Presidente das seis Câmaras socialistas do distrito de Braga e de responsáveis da Federação Distrital do PS, com António Reis a considerar o jantar “uma feira de vaidades”, tendo em conta que os princípios que alegadamente constituíam o móbil da iniciativa integram o Programa Socialista e não são património particular.

Inscreveram-se ainda a atleta Rosa Mota, os cantores Sérgio Godinho, Pedro Abrunhosa, o líder da UDP, Mário Tomé, e o do PCTP, Garcia Pereira, entre inúmeras outras figuras públicas de realce.

Num curto discurso introdutório, Pedro Bacelar de Vasconcelos, que deixou bem claro que participava no jantar na qualidade de cidadão, patenteando o seu reconhecimento, afirmou ser “demasiado novo para jantares de homenagem e não tão velho que mereça jantares de despedida”. Deixou bem claro que desempenha funções da estrita confiança política do Governo e que, por isso, “nenhum agravo me pode atingir, salvo do Ministro da Administração Interna, Dr. Alberto Costa, e do Governo que tenho servido com lealdade e que sempre suportou as acções em que me comprometi”.

Sublinhou, para concluir, que estava ali para partilhar com os presentes “idênticas preocupações, (Continua na página seguinte)

(Cont. da página anterior)

porque nunca estarão definitivamente adquiridas a liberdade, a igualdade e o respeito mútuo, ou seja, as condições essenciais de sobrevivência daquilo que somos: Homens livres e iguais".

• Posto móvel da GNR em Cabanelas

Após promessa nesse sentido verbalizada pelo líder parlamentar do PS, Francisco Assis, o Comando Distrital da GNR de Braga enviou para Cabanelas, no dia 28 de Maio, um posto móvel, para regozijo dos socialistas vilaverdenses que dizem ficarem assim "abertas as portas para a resolução do problema aberto com a comunidade cigana, de uma forma respeitadora dos direitos de todos, desejando-se que a solução a encontrar envolva todo o concelho e toda a sua gente carecida de apoio". Trata-se de um veículo adaptado, com um gabinete de atendimento devidamente equipado, com que se pretende atender as queixas e denúncias das populações em locais tidos como críticos em termos de criminalidade. Acontece, porém, que o posto móvel foi colocado no primeiro dia junto ao cemitério e igreja paroquial locais, para frustração da população, que pretende vê-lo junto aos acampamentos ciganos e de forma assídua, como havia sido prometido.

Por outro lado, o posto móvel destinou-se a servir todo o distrito, com a sua colocação a depender de re-

latórios policiais sobre os índices de marginalidade, que apontam para um "claro decréscimo" precisamente em Cabanelas e Oleiros, fruto da recente detenção em Póvoa de Varzim, de um cigano oriundo do clã de José Garcia, que supostamente era o grande fornecedor de droga dos acampamentos de Regalde, e de muitas outras (cerca de uma centena) verificadas desde o início de 1996.

No concelho de Vila Verde, são tidos como locais igualmente carenciados do posto móvel o Alfvio e Soutelo, sendo tido actualmente como críticas várias zonas do Vale do Ave, para além de Arcozelo, em Barcelos.

• PS refuta proposta anunciada pelo seu candidato

Após o seu candidato à Câmara ter anunciado, numa Nota à Imprensa datada de 20 de Maio, que o vereador socialista iria apresentar, na reunião camarária do dia 26, uma proposta de construção de "uma alternativa ao acampamento cigano de Cabanelas", a Comissão Política do PS veio também a público dizer que afinal tal não tinha acontecido.

É que mal tiveram conhecimento dessa eventual proposta, os outros candidatos, Bento Morais e José Manuel Fernandes, mostraram-se imediatamente contra, sob a alegação de que isso iria privilegiar uma minoria, dada a existência de

muitas famílias vilaverdenses carenciadas. Esclarece a Comissão Política do PS, em Nota à Imprensa de 1 de Junho, que o seu vereador camarário, José Gama, na reunião do executivo de 26 de Maio, apenas terá "lançado a ideia para que voluntariamente se constituísse uma comissão interpartidária que atacasse o problema da inserção das comunidades ciganas."

Condenam assim que "por maldade e má fé" tenha sido passada para a imprensa bracarense a notícia de que o seu vereador haja proposto a construção de habitações para a comunidade cigana de Cabanelas, "logo aproveitada pelos candidatos do CDS/PP e do PSD à Câmara Municipal de uma forma eleitoralista e reveladora de lamentável oportunismo político". Afir-mam pois que não avançarão isoladamente com qualquer proposta de resolução dos conflitos sociais existentes em Cabanelas, mas manifestam a sua "disponibilidade para em conjunto com as restantes forças políticas representadas na Câmara Municipal encontrar uma solução consensual".

Previnem entretanto a edilidade de que só concordarão com a demolição das barracas ilegais existentes nos acampamentos ciganos de Cabanelas caso seja encontrada uma solução alternativa, que na óptica dos socialistas passa por "um plano que contemple não só a situação dos acampamentos ciganos, mas igualmente todas as demais manchas de pobreza existentes no concelho".

Sob ameaça de novos protestos...

GOVERNO REFORMULA INTENÇÕES PARA A NOVA PONTE

A ponte filipina de Prado e a sebastiânica nova ponte voltaram a conhecer, no mês de Maio, episódios suspeitos, intrigantes e conturbados, testadores da paciência dos utentes que, após um período de acesa contestação em finais do ano transacto, têm aguardado serenamente a concretização das promessas governamentais.

Mas como o lançamento do concurso da nova ponte e das variantes às E.N. 101 e 201 prometido para o mês de Abril não chegou a ser efectuado, ainda que o deputado socialista Martinho Gonçalves o tivesse garantido em pleno decurso de uma das acções de protesto dos utentes da ponte filipina, eis que volta a pairar no ar a ameaça de redobradas contestações populares. A Comissão de Utentes, acusando o Governo de ter mentido à população, marcou uma Assembleia Geral de utentes para a noite do dia 9 de Junho, vincando que irão ser tomadas medidas que junto da Administração Central reforcem a absoluta urgência de uma obra ansiada há mais de duas décadas. Decisão tomada na sequência da indiferença alegadamente revelada pelo Governador Civil e pela Junta Autónoma de Estradas, que não se terão dignado atender aos pedidos de audiência formulados após uma reunião da Comissão de Utentes no dia 8 de Maio. Informados por escrito por estas entidades da inexistência de qualquer novidade relativamente à obra em questão, os representantes dos utentes da ponte acusam o Governo de António

Guterres de desrespeitar um compromisso escrito enviado à Câmara Municipal de Vila Verde subscrito pelo então Secretário de Estado das Obras Públicas, Crisóstomo Teixeira.

Teme a Comissão de Utentes que se esteja perante mais um adiamento, que já previam, como os que têm vindo a acontecer ao longo de tantos anos de espera e de expectativa. E teme-se já mesmo que o dinheiro previsto para o lançamento da ponte tenha sido desviado, talvez recordando que a rodovia de Braga e a estrada nacional que liga Braga à Póvoa de Lanhoso foram o sorvedouro de verbas destinadas à infraestrutura ora reclamadas uma vez mais.

Entretanto, o deputado Martinho Gonçalves veio a público, no dia 5 de Junho, anunciar a abertura do concurso para o dia 3 de Julho, após uma reunião em Lisboa com o actual Secretário de Estado, Maranhã das Neves. Justificou que o atraso se prende com o facto de se ter recuado na intenção de fasear a obra, pelo que pretensamente terá sido necessário reformular todo o processo. Pelo que parece que será satisfeita a exigência camarária de que o arranque da obra contemple uma execução integral do projecto, ou seja, a construção de uma ponte com quatro faixas de rodagem.

• Trânsito na ponte num só sentido

No fim de semana de 9 a 13 de Maio, os utentes da ponte de Prado

foram surpreendidos com a proibição da circulação rodoviária no sentido Braga-Prado sobre aquela estrutura medieval, o que provocou forte contestação da Câmara Municipal e até a intervenção, desta feita, do Presidente da Junta de Freguesia, Silvestre Mota.

Os veículos que circulavam na E.N. 201, Braga-Ponte de Lima, foram durante esse período confrontados com sinalética que forçava ao desvio, pela estrada marginal ao rio Cávado, em direcção à E.N. 101, Braga-Vila Verde. Uma grande volta, de mais de 8 kms, com a agravante do caos provocado na E.N. 101, que lançou a revolta sobre os utentes, acentuando ainda mais a premente necessidade da construção da nova ponte.

Houve quem não estivesse pelos ajustes e transgredisse o sinal de proibição, tendo sido notada neste caso a eficácia da GNR da Vila de Prado na caça aos infractores, não revelada noutras situações vincadas de ameaça da segurança das populações. Outros, mais exaltados, não estiveram com meias medidas e lançaram os sinais às águas do Cávado.

A verdade é que esta situação, criada pela JAE por alegada avaria nos semáforos, acabou por apenas durar quatro dias já que a resolução do problema técnico que se anunciava complicada e demorada ficou resolvida em poucas horas. Mesmo assim, o facto de a luz verde do semáforo do lado de Prado não funcionar e ter sido substituída pela intermitente, tem provocado alguns embaraços.

BENTO MORAIS

PONTE — "Não tenho pejo nenhum em dizer que fazer agora um concurso é eleitoralismo, depois de se ter anulado o de 1996 em que, inclusivé, a empresa construtora se comprometia a iniciar a obra mesmo que só recebesse no ano seguinte. Por outro lado, tenho dúvidas que interesse fazer um só tabuleiro com duas faixas, quando até Palmeira se irá fazer com quatro."

É um concurso puramente eleitoralista que eu temo que venha a ter o mesmo resultado que um traçado entre Vila do Conde e a Póvoa de Varzim, que esteve em terra durante vinte anos a ganhar erva."

CIGANOS — "O posto móvel é mais uma medida eleitoralista, porque devia ter funcionado logo de início e só agora é que aparece. O comandante do posto de Prado da GNR dizia que não tinha combustível para as viaturas e no meu tempo garanti mil litros de combustível por mês para que fosse feito o patrulhamento de forma mais eficaz, foi pedido à EDP que reforçasse os pontos de luz naquelas zonas. Acho é que as autoridades estiveram um bocadinho adormecidas e nunca viram o problema com a acuidade que ele merecia. Viram aquilo sempre ao contrário, achando que a minoria é que tinha razão e o povo é que estava mal, o que não pode ser. Por isso é que eu estou contra a proposta que o PS vai apresentar na Câmara para que se faça um acampamento infraestruturado, quando há lá habitantes há mais tempo que não têm essas condições. E porque é que Vila Verde tem que receber as minorias que são corridas da área metropolitana do Porto? Porque é que não tomam essas medidas lá? Nós temos que respeitar a população, que concorda conviver com as minorias, desde que estejam instaladas em casas definitivas, que tenham uma actividade e que não atropelem a lei."

Acho muito bem que o posto móvel funcione, mas como medida preventiva, até que tudo volte à normalidade e o quartel da GNR seja construído e tenha efectivos e meios de patrulhamento eficazes."



JOSÉ MANUEL FERNANDES

PONTE — "Incompreensivelmente, após terem sido gastos mais de 250 mil contos, a obra foi retirada do PIDDAC, se calhar para os socialistas a poderem exhibir agora nas Autárquicas como uma bandeira eleitoral, como uma obra sua. Agora, que a obra podia estar já numa fase avançada de construção se não fosse retirada do PIDDAC e anulado o respectivo concurso, falam numa construção faseada, numa ponte só com um tabuleiro e apenas uma via pavimentada a partir do aerodromo de Palmeira, o que faz com que tenhamos desconfianças. Falámos, por isso, recentemente com os deputados do distrito do PSD, que inquiriram o Ministro João Cravinho quanto ao início da ponte, às alterações a introduzir no projecto, ao cronograma e à cabimentação orçamental da ponte."

Agora começa-se a perceber porque foi a obra introduzida no PIDDAC apenas com uma verba de 100 mil contos, não tendo sido aceite uma proposta do PSD para que fosse de 500 mil contos. O PIDDAC vai até 1999 e esta obra não tem cabimentação orçamental, pelo que pensamos que o arranque desta obra vai ser usado como uma bandeira eleitoral e que se calhar depois vamos esperar pela conclusão tantos anos como pelo seu início."

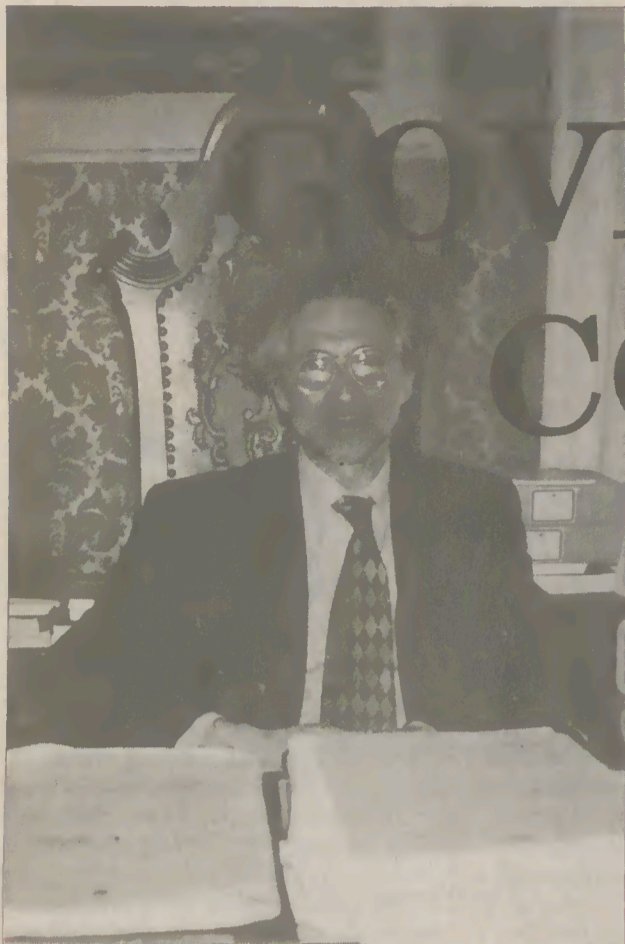
CIGANOS — "Os grandes responsáveis pela existência de conflitos entre a comunidade cigana e a população são o PS e o CDS/PP. Repare-se que a existência de barracas clandestinas naquele local, há vários anos, se deve ao facto da gestão CDS/PP as ter consentido. Também o PS tem culpas nesta questão uma vez que a Câmara tem sido gerida pelo CDS/PP e pelo PS. Por outro lado, as populações de Cabanelas não sentem segurança e sabem que a responsabilidade é do Governo Socialista."

O Governador conseguiu à custa dos ciganos ser conhecido e notado em todo o País. Mas que efeito positivo teve a acção do Governador? Nenhum! O concelho de Vila Verde foi prejudicado com a sua actuação, tendo ficado com o epíteto de racista e xenófobo e os ciganos viram os seus problemas agravados. O deputado vilaverdense primeiro defendeu o Governador, depois quando se assumiu como candidato à Câmara resolveu criticá-lo e pedir publicamente a sua demissão mas nunca pediu ao Ministro da Administração Interna para o demitir. O Governador faz de conta que está chateado com o PS de Vila Verde e vice-versa, e dessa forma ambos são notícia."

Os ciganos não podem ser discriminados mas também não devem ser favorecidos. Se fizermos casas para os ciganos também temos de fazê-las para os Vilaverdenses. Para além disso, a proposta dos socialistas tem como principal objectivo inviabilizar as demolições que a Câmara Municipal já deliberou, relativamente às barracas clandestinas. Conclui-se facilmente que o CDS/PP e o PS andam a brincar com os sentimentos da população e a enganá-la. É que enquanto este problema não for resolvido há a possibilidade de ser utilizado para mais uns segundos na televisão que tanto jeito dão em ano de eleições autárquicas."



No rescaldo da conflituosidade étnica em Oleiros e Cabanelas...



GOVERNADOR CIVIL CONTA COMO FOI

Um ano decorrido da eclosão de um processo de conflituosidade étnica que abalou o concelho de Vila Verde e o transformou durante longo período na principal atracção mediática nacional, impunha-se ouvir quem acabou por ser guindado à categoria de seu principal protagonista — o Governador Civil do Distrito de Braga, Pedro Bacelar de Vasconcelos.

Uns acusam-no de ter favorecido uma minoria desvalorizando as preocupações da maioria, de ter tornado ainda mais proscritos os ciganos em prol da sua projecção mediática, de ter insultado as populações que clamavam por segurança, de ter provocado desestabilização no seio do seu próprio partido, clamando pela sua demissão. Outros felicitam-no e homenageiam-no pela coragem, determinação e isenção patenteadas na intransigente salvaguarda dos princípios democráticos constitucionalmente consagrados do direito de propriedade, liberdade e igualdade perante a lei de todos os cidadãos, independentemente da sua condição étnica.

Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos nasceu na cidade do Porto em 4 de Dezembro de 1951, é casado e tem dois filhos. Licenciou-se em Direito - ciências jurídico-políticas, em 1982, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo aí obtido o grau de Mestre em Direito, em 1990. Foi desenvolvendo projectos de investigação e participando em conferências e seminários de Direito Constitucional e Ciências Políticas aquém e além-fronteiras, sendo da sua autoria "A Separação dos Poderes na Constituição Americana - O Veto Legislativo" e "Controlo do Poder - Teoria Geral do Controlo Jurídico do Poder Público", entre artigos publicados em vários periódicos nacionais e a coordenação da obra dispersa de João Baptista Machado.

É militante do Partido Socialista desde 1985, tendo sido nomeado Governador Civil do Distrito de Braga, em Novembro de 1995, pelo Conselho de Ministros do XIII Governo Constitucional, quando era professor de Direito Constitucional do Departamento Autónomo de Direito da Universidade do Minho, onde desempenhou cargos de alta responsabilidade. Organizou o processo eleitoral do distrito para a Presidência da República (1996), por inerência das suas funções, integrou o grupo de trabalho interministerial "Para a Igualdade e Inserção dos Ciganos", oriado por deliberação do Conselho de Ministros, como representante do Ministro da Administração Interna (1996-97), e foi designado pela União Europeia para chefiar uma equipa de observadores europeus na República Democrática do Congo.

Pedro Bacelar de Vasconcelos, ciente da importância de, através deste mensário, elucidar os vilaverdenses quanto à sua intervenção nos casos das comunidades ciganas de Oleiros e de Cabanelas, foi desafiando e escalpelizando o vasto caudal de ocorrências que principiou três meses após a sua entrada no Palácio dos Falcões.

"Basicamente, os problemas de insegurança foram atendidos como nunca tinham sido até então. As primeiras notícias sobre Oleiros chegam-me em Março de 1996, tendo recebido aqui uma grande delegação de membros da Junta e da Assembleia de Freguesia, que me apresentaram várias razões de

queixa, algumas das quais sob a minha alçada. No abaixo-assinado que me foi entregue, subscrito por quase seiscentas pessoas, a primeira reivindicação da população prendia-se com a existência de habitações clandestinas no acampamento, o que não era da minha competência mas da Câmara, conforme lhes disse. As questões que se prendiam com a criminalidade, embora sejam da dependência directa da Polícia Judiciária e da GNR, eram da minha responsabilidade e assumi-as.

Entre Março e Abril tomaram-se todas as medidas que podiam responder às justas e legítimas reclamações da população, que se arrastavam há muitos anos. A verdade é que as construções estavam lá há três ou quatro anos e o tráfico de droga não começou com a vinda dos ciganos, já que existe na zona de Prado, Cabanelas, Oleiros, Cervães, Vila Verde há pelo menos uma dúzia de anos. Toda a insegurança associada à pequena criminalidade e à mais grave, que se prende com o tráfico de droga, já existia muitos anos antes dos ciganos se instalarem em Cabanelas e Oleiros e a primeira vez que as reclamações dessas populações têm uma resposta capaz, sou eu que a dou. Nenhum Governador Civil, nenhuma autoridade antes de mim se preocupou tanto e procurou dar resposta tão rápida e consequente aos problemas. Entre Março e Abril de 1996 foi feito tudo o que era possível num prazo muito curto: foi reforçado o contingente de efectivos do posto da GNR de Prado - de 13 passou para 17 agentes -, e porque se verificou ao fim de pouco tempo que isto era insuficiente, foi posto de pé um sistema de reforço do patrulhamento com base nos efectivos de Barcelos, na sequência de uma reunião que eu realizei em Prado com o Comandante do destacamento de Barcelos e o Comandante Distrital.

E foi a partir dessa altura que eu comecei a fazer reuniões periódicas com as forças de segurança, acompanhando a maneira como se estava a desenrolar a acção policial sobretudo nesta área. A Polícia Judiciária, desde que eu tomei posse, já fez duas operações incidindo sobre residentes no acampamento de Cabanelas. Foram detidas ao longo de mais de um ano cerca de cem pessoas, permanecendo presas seis

delas, resultado de uma articulação entre a GNR e a PJ especificamente orientada para o combate ao tráfico de droga, incidindo sobre Cabanelas, que nunca havia sido alcançada. E estava prevista ainda uma terceira para Cabanelas que acabou por se realizar em Póvoa de Varzim devido a movimentações das pessoas associadas ao tráfico."

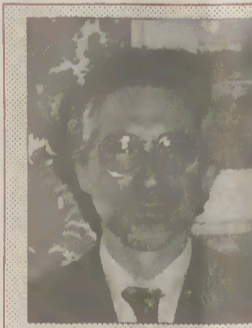
JVP- Porque é que em Oleiros nunca teve lugar qualquer acção policial?

"Convém antes entender bem o que se passou em Oleiros. Em Março, as pessoas de Oleiros vieram aqui ao Governo Civil e combinámos uma estratégia que passava por reconhecer que sendo necessário o reforço do policiamento não era aceitável nem admissível que se pensasse na expulsão dos ciganos. Deixei desde logo claro que se as casas estavam construídas ilegalmente isso era um problema da Câmara. Eu apenas tinha a ver, expliquei, com os problemas de segurança e de má vizinhança da família cigana com alguns moradores. É que nunca houve um conflito generalizado, como se quis fazer crer, entre a família de João

exigiam a expulsão dos ciganos do seu terreno e que não tinham força para os travar.

O encontro com João Garcia no seu acampamento também foram eles que o combinaram dizendo que era um homem de respeito. E eu apenas disse a João Garcia, na presença do Tesoureiro da Junta, que era o novo Governador Civil, que a minha primeira prioridade seria combater o tráfico de droga, que teria que controlar os seus familiares, impedindo-os de se envolverem em conflitos com os vizinhos, e que, como Governador de todas as pessoas do distrito lhe prestaria todo o apoio de que necessitasse.

Depois deste encontro, reuni na sede da Junta com os responsáveis do posto de Prado da GNR, com o chefe do destacamento de Barcelos, capitão Guimarães, e com o major Braga da Costa, comandante distrital, com os membros da Junta e da Assembleia de Freguesia, para dizer aos figurões locais que queriam a expulsão dos ciganos, convocados pela Junta, que se iria combater a criminalidade e que por isso não pensassem em responder com outras formas de criminalidade. Deixei bem claro que se o tráfico de droga de que



"A esta distância é hoje difícil não se perceber a ligação da segunda demolição camarária com o sentimento daqueles que achavam que pela violência conseguiam expulsar os ciganos de Oleiros."

Garcia e o conjunto da população de Oleiros. Havia apenas conflitos pontuais entre um ou outro filho ou neto de João Garcia e um ou outro vizinho. Coisas que uma Junta de Freguesia pode resolver, que podem ou não requerer a intervenção da GNR. Apesar disso, e porque se evocava a existência de um intenso tráfico de droga, eu fui lá e, por sugestão dos membros da Junta e da Assembleia de Freguesia, encontrei-me com o próprio João Garcia. Levaram-me aos sítios em que diziam que os toxicodependentes se injectavam, conversei com as populações e disseram-me que havia um número restrito de pessoas que queriam radicalizar o conflito e

se queixavam é crime, também é crime a expulsão ou o cometimento de actos violentos sobre as pessoas, seja qual for a sua etnia, e que responderia da mesma maneira quer a uma coisa quer à outra.

Portanto, quando se diz que não liguei às populações isso é mentira, porque fui lá a Oleiros ouvir as suas reclamações e levei as autoridades policiais para que também as ouvissem, o que nunca ninguém antes havia feito. Mas deixei, repito, desde logo claro que tudo iria ser feito para combater o tráfico de droga e outras formas de criminalidade de que se queixavam, mas que nem pensassem na expulsão dos ciganos, porque isso não iria resolver problema nenhum.

Frisei que os ciganos eram seres humanos e cidadãos como os outros e que se viviam em casas clandestinas, tinha sido a Câmara a deixá-los construir e as pessoas de Oleiros a venderem-lhes os terrenos."

JVP- Mas essas primeiras medidas acabaram por se mostrar infrutíferas?...

"É verdade que sim, já que em Abril (1996) acontece o primeiro fenómeno mediático de milícias populares. Em contacto com o Comandante Distrital da GNR fiz uma reunião no posto de Prado para avaliar o resultado das medidas de segurança tomadas no mês anterior. Chegou-se à conclusão que eram insuficientes e é nessa altura que se assume o reforço do patrulhamento com agentes de Barcelos.

E desde finais de Abril o que havia de mais incómodo em termos de criminalidade em Oleiros e Cabanelas acaba por diminuir. Com as duas acções da GNR entretanto levadas a cabo em Cabanelas, que resultaram na prisão efectiva de seis pessoas, o tráfico de droga diminuiu drasticamente naquela zona."

JVP- Insistimos. Então porque não interviu desde logo a Polícia Judiciária em Oleiros?

"É muito simples. Quando em Abril se dá o fenómeno das milícias populares e se chama assim a atenção da comunicação social, prejudica-se o andamento das investigações policiais. É que em Cabanelas só começou a haver incidentes e manifestações contra a comunidade cigana após a segunda operação da GNR, e a terceira já não se realiza em Cabanelas devido à agitação que entretanto se foi desenvolvendo, acabando os suspeitos que aí se pretendia deter por ser apanhados em Póvoa de Varzim.

Portanto, em Oleiros não se fez qualquer operação porque as investigações foram inviabilizadas, seriamente prejudicadas pelo folclore das milícias populares, pela exibição a que algumas pessoas se entregaram, posando para os jornalistas e para as Câmaras de televisão."

JVP- Como justifica então que diminuindo a criminalidade a situação acabe por se agudizar e extremar?

"Simultaneamente e estando fundamentalmente satisfeitas as reclamações da população de Oleiros em matéria de segurança e de ordem pública, eu promovo reuniões aqui, no Governo Civil, ao longo de Abril, Maio e Junho, com o Presidente da Câmara, Bento Morais, com membros da GNR, com a Segurança Social, com membros da Assembleia e da Junta de Freguesia e com o próprio João Garcia e tudo evolui muito rapidamente para a discussão de um preço para a compra do terreno de João Garcia e sua consequente saída.

(Continua na página seguinte)

(Cont. da página anterior)

Demarqueei-me desde logo desse processo mas não o inviabilizei.

Chegou-se a um acordo de compra e venda do terreno por 10 mil contos, mas a que estava subjacente a aquisição por João Garcia de um outro terreno em que se pudesse instalar com a sua família tranquilamente, comprometendo-se a Câmara a tentar conseguir isso no próprio território de Vila Verde. Não encontrado qualquer terreno, João Garcia acabou por recusar o negócio da venda do seu terreno por não ter para onde

realojar. E a Câmara avança, em Agosto, com a segunda demolição, incluindo da própria casa de João Garcia. A esta distância é hoje difícil não se perceber a ligação da segunda demolição camarária com o sentimento daqueles que achavam que pela violência conseguiam expulsar os ciganos de Oleiros.

Aliás, o próprio João Garcia, a meu pedido, deu uma lição de civismo, portando-se uma vez mais como um cavalheiro ao demolir parte da sua casa antes da chegada das máquinas demolidoras. Casa integralmente construída em terreno

posição muda de súbito a seguir à expulsão dos ciganos de Oleiros. Depois das duas demolições em Oleiros começa-se a exigir que se faça o mesmo em Cabanelas, ao que eu sou completamente alheio, por se tratar de uma competência da Câmara.

Entretanto, ainda nesse Verão, por diligências minhas, e porque havia uma situação social extremamente perturbada, quer em Oleiros quer em Cabanelas, estas localidades são apresentadas como candidatas ao Rendimento Mínimo Garantido, precisamente na tentativa de criar condições sociais que favorecessem o relacionamento entre os dois tipos de comunidade, de forma a que não se ficasse apenas por medidas de policiamento que não vão à raiz dos problemas.

Estive sempre convencido que os problemas em Oleiros e Cabanelas tinham a ver com uma conjugação explosiva de ignorância e de miséria, de um lado e do outro.

E em Cabanelas ainda fiz mais. Inspirei uma proposta da Cruz Vermelha de apresentação de uma candidatura a apresentar ao Comissariado de Luta Contra a Pobreza, para procurar acudir aos problemas sociais que condicionavam toda esta conflituosidade.

JVP- E o posto móvel da GNR, considera tratar-se de uma boa medida? Foi imposta governamentalmente contra a sua vontade, como tem sido avertedo?

"Se se pretende dizer que os problemas de segurança de Vila Verde só vão ser resolvidos com a colocação do posto móvel em Cabanelas, é evidente que isso é caricato. Que tem alguma utilidade é indemonstrável, cabendo ao Comando Distrital da GNR decidir quanto à sua colocação consoante as manifestações de criminalidade e de insegurança. Se foi para Cabanelas foi porque a GNR entendeu que era útil as populações terem uma forma mais acessível e rápida de poder participar qualquer ocorrência que perturbe a tranquilidade pública. Mas não vai ficar ali de pedra e cal, porque há outras áreas do distrito de Braga que têm também problemas graves de segurança.

Acho perfeitamente natural que Cabanelas tenha sido contemplada com o posto móvel, até porque a



fim de serem preparadas as medidas mais adequadas em termos de desemprego, de formação profissional e de escolarização. Por outro lado, a Câmara assume ponderar a demolição, procurando encetar medidas prévias que minimizem os estragos e espero que seja este o caminho que vai ser trilhado no futuro. Tenho o maior respeito pela população de Vila Verde e estou, como sempre, disponível para, na medida em que for útil, dar o contributo que entenderem adequado."

JVP- Não acha que numa altura em que, como reconhece, as coisas estavam a acalmar, o jantar dito de apoio e desagravo haja acicatado de novo os ânimos, tendo sido mesmo interpretado como "mais um insulto" à população?

"Eu nunca insultei ninguém! Nunca apelidei de racistas, xenófobos, fascistas ou arruaceiras as populações de Oleiros, Cervães e Cabanelas. E sempre que me acusaram disso, eu desmenti-o lá, no local, face a face. O que não significa que, repito, não haja atitudes dessa natureza e o dever que nós temos quando elas são assumidas é condená-las, o que é totalmente diferente de chamar racista, xenófoba, fascista ou arruaceira a toda uma população.

A única forma de separar o trigo do joio, de apurar responsabilidades, de individualizar culpados, seja por crime do tráfico de droga, seja

guém como adversário, procurando apenas solidarizar-se com aquilo que na actuação do Governador Civil foi a defesa estrita e isenta das leis em nome de um conceito de cidadania e de respeito pelo cidadão, que abarca desde o Partido Popular, ao Partido Comunista e à extrema-esquerda, desde militantes partidários a independentes.

Que haja gente incomodada com a acção do Governador Civil, isso há e é inegável, mas eu também nunca pretendi reunir a unanimidade de todos os residentes no distrito de Braga."

JVP- Qual a situação ideal que desejaria para estas comunidades minoritárias?

"O ideal era que o João Garcia tivesse feito no seu terreno em Oleiros as alterações necessárias para a sua residência estar dentro dos parâmetros previstos na lei, que os seus filhos comessem a ir à escola, que aqueles que não têm emprego frequentassem cursos de formação profissional, que tivessem um futuro que permitisse uma melhor integração com a comunidade envolvente.

O que ninguém pode é lavar as mãos e dizer —Esta construção viola a lei, deita-se abaixo!—, independentemente da existência de menores ou da dificuldade de encontrar uma solução alternativa. A primeira questão que uma Câmara tem que pôr a si própria não é se vai investir em habitação social, mas antes investigar da capacidade patrimonial da comunidade. Daí que logo que tenham surgido notícias de alegadas demolições em Cabanelas eu tenha inquirido a Câmara de Vila Verde sobre as suas intenções, sobre o número de residentes, a situação das suas habitações e sobre as condições económico-sociais em que vivem, para o que ainda não obtive resposta. Há que reconhecer o lado social dos problemas, exigir os apoios governamentais que for de exigir e tentar fazer as coisas ponderadamente para resolver os conflitos. Fazer o que se fez com a comunidade de Oleiros não é resolver coisa alguma."

Fica aqui registado o depoimento de um homem odiado por uns, no âmago da refrega, e amado por muitos outros, tendencialmente observadores, que se envolveu profunda, declarada e convictamente num problema candente de proporções indubitavelmente complexas, deixando a comodidade do seu gabinete para se abeirar das pessoas, dos focos de desestabilização, correndo riscos e sujeitando-se a contingências imprevisíveis, numa atitude efectivamente nunca antes assumida por outros locatários do Palácio dos Falcões.

"As pessoas queixavam-se, antes, que a Junta, a Câmara e as autoridades não faziam nada para resolver os seus problemas com os ciganos e eu, que desenvolvi durante meses todos os esforços possíveis, passo a ser o culpado de tudo."



ir viver. Pelo que é falso dizer-se que João Garcia não cumpriu um compromisso assinado."

JVP- Por isso recriminou a actuação da Câmara, que procedeu à demolição das construções do acampamento mesmo sabendo que os seus habitantes não tinham onde se reinstalar?

"A questão assume aqui efeitos perversos. Em Outubro de 1995, a Junta de Oleiros emite um parecer favorável à desafecção da Reserva Agrícola de uma área destinada à construção de uma barraca por um filho de João Garcia, para em Abril de 1996 se mobilizar para comprar o terreno, no sentido de João Garcia sair, o que significa uma clara mudança de atitude.

Em Junho faz-se a primeira vaga de demolições das barracas que se encontravam na Reserva Agrícola, a que não me opus nem tinha nada que me opor. Mas havia mais de vinte crianças com idades inferiores a 14 anos e uma mulher grávida em fim de tempo que ficavam sem abrigo. De maneira que, por minha iniciativa, foram lá montadas duas tendas de campanha, ao mesmo tempo que se continuava à espera que João Garcia encontrasse outro terreno e saísse dali. Isto foi muito mal aceite por alguns populares e temendo que houvesse algum conflito fui pela segunda vez ao acampamento cigano. Os sinos tocaram a rebate por algumas pessoas terem ficado indignadas por eu ter colocado tendas para as pessoas que tinham sido desalojadas e ficaram sem abrigo, o que é absurdo. Apesar de ter sido alertado para não ir à sede da Junta, porque recebavam que fosse mal recebido pela população, convocada pelo toque dos sinos, não deixei de ir, para que não dissessem que fugira aos problemas.

Fui recebido com apupos e insultos e acusado de ter consultado a população, tendo reafirmado que nunca havia chamado arruaceira, racista e xenófoba à população de Oleiros, mas que tinha dito que havia pessoas que tinham comportamento próprio de arruaceiros, racistas xenófobos, mostrando que o que ali se estava a passar era prova disso, visto as pessoas se indignarem por uma atitude humanitária de protecção de menores e de famílias sem tecto.

As coisas agravam-se e começa a sentir-se um fenómeno de rejeição de João Garcia por todo o lado onde procurava um terreno para se

com capacidade para tal, mas que apenas não respeitava extremas relativamente a um caminho público e a um terreno vizinho.

Nesse mesmo dia tentou-se a instalação provisória da comunidade em Cervães, visto João Garcia não ter ainda encontrado terreno, e acontece aquela manifestação tremenda de que eu próprio não saio inteiramente ileso."

JVP- Não reconhece agora ter sido um erro encaminhá-los para Cervães, quando tinham resultado goradas as várias tentativas de reinstalação no concelho?

"Cervães era o local mais próximo e se houvesse instalações semelhantes em Oleiros era ali que eles ficariam. Não era conveniente que eles fossem para muito longe porque o negócio da possível compra do seu terreno continuava de pé. Sendo a demolição uma forma de pressão violenta para obrigar João Garcia a negociar por qualquer preço.

Regressados a Oleiros acabaram por ter que, dias depois, e após ameaças com tiroteios e arremesso de bombas incendiárias, abandonar o seu terreno porque era voz corrente que se preparava um assalto armado ao acampamento, de que fui informado pelo próprio Martinho Gonçalves. A fuga de João Garcia causa grande impacto em todo o País e suscita enorme indignação, chegando ao Governo Civil muito mais de um milhar de mensagens calorosas de apoio à atitude que tomei de defesa desta comunidade.

As pessoas queixavam-se, antes, que a Junta, a Câmara e as autoridades não faziam nada para resolver os seus problemas com os ciganos e eu, que desenvolvi durante meses todos os esforços possíveis, passo a ser o culpado de tudo."

JVP- É a partir de então que também Cabanelas entra em eferescência...

"Em Maio ou Junho de 1996, o Presidente da Junta de Cabanelas vem ter comigo e diz-me que também lá há problemas de tráfico de droga mas ninguém quer a expulsão dos ciganos, solicitando a minha intervenção no sentido dos filhos dos ciganos irem à escola, de haver o seu recenseamento, de beneficiarem das mesmas regalias dos locais, mas também de obedecerem às leis como todos. Dei todo o apoio ao Presidente da Junta, tanto que as crianças foram integradas normalmente nas escolas, mas a sua



"O Rendimento Mínimo Garantido está em aplicação em Oleiros e Cabanelas, as crianças ciganas de Cabanelas estão integradas na escola e há sinais positivos de que as coisas estão a mudar."

segurança não é só um problema real de incidência de criminalidade, é também um problema do foro psicológico das populações, traduzido em sentimentos de insegurança."

JVP- Crê que tudo isso se traduzu em resultados positivos? Não teme que, sobretudo com a aproximação das Autárquicas, se repita o sucedido em Oleiros?

"O Rendimento Mínimo Garantido está em aplicação em Oleiros e Cabanelas, as crianças ciganas de Cabanelas estão integradas na escola e há sinais positivos de que as coisas estão a mudar. A Câmara de Vila Verde já assumiu o empenhamento em colaborar no projecto da Cruz Vermelha. São instrumentos que permitem atacar a exclusão social e diagnosticar a situação a

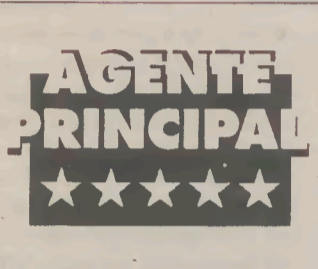
por um acto terrorista contra outro ser humano qualquer, é entregá-lo à polícia e aos tribunais, e só quando forem apurados culpados e condenados é que se vai limpar a reputação, o bom nome da população de Vila Verde, que a ele tem direito. Esta é a única maneira de impedir que o labéu que possa ter recaído sobre uma comunidade inteira seja imputado apenas aos culpados dos actos que merecem aquelas qualificações.

O jantar nasce completamente à minha margem e paradoxalmente granjeia uma adesão extraordinária, pelo que não vejo porque quem quer que seja se possa ressentir de uma iniciativa autónoma da sociedade civil que desde o início até ao fim sempre reclamou total isenção cívica na sua organização e nos seus propósitos e não tinha nin-



Gabinete de Contabilidade de Prado

**METRÓPOLE
SEGUROS**



ESCRITAS

**ZURICH
LIFE**



Lugar do Pontido - VILA DE PRADO - Telef. 921398/Telefax 922762
4730 Vila Verde

Júlio F. Gonçalves



Fabricante
de Candeeiros

Armazém de Louças

Artigos de Decoração

Brinquedos

Lugar do Monte - Oleiros - PRADO - Telef. / Fax (053) 922332 - 4730 Vila Verde



**Comércio de Máquinas
e Alfaias Agrícolas, L.da**

Gerência de Abel José Mota Alves

**Stand e Exposição
VILA VERDE**

Escritório
Talhós - Pico de Regalados
Telef. 32289

4730 VILA VERDE

Representante das Máquinas Agrícolas
INTERNACIONAL CASE - PASQUALI
COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS USADAS

APARÍCIO & FILHOS, L.DA

EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

SEDE: PRADO (S.TA MARIA) - 4730 VILA VERDE

ESCRITÓRIO - TELEF. 921112
FAX 923977

EXECUÇÃO DE:

URBANIZAÇÕES
PAVIMENTAÇÕES
TERRAPLENAGENS
SANEAMENTO BÁSICO, ETC.

COMPRA E VENDA DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO

VENDA DE APARTAMENTOS

CENTRAL DE BRITAGEM - LANHAS - VILA VERDE - TELEF. 311435

FIAT

Francisco Rosas & Macedo, L.da



**REPRESENTANTES PARA O
CONCELHO DE VILA VERDE
DAS MARCAS**

FIAT E LANCIA



Rua Dr. Francisco A. Gonçalves - VILA DE PRADO
Telefone 921580 4730 Vila Verde

Recusando que seja uma estrutura de segunda...

SANTA CASA NEGOCEIA RETOMA DO HOSPITAL

A administração da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde tem vindo a negociar com a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte a retoma do hospital concelhio, desde há muitos anos transformado basicamente numa unidade de internamento de doentes terminais.

No sentido de se inteirarem sobre experiências similares, os responsáveis pela Santa Casa vilaverdense têm encetado contactos com congéneres de outras localidades, com o Secretariado de União das Misericórdias do Norte e visitaram mesmo o Hospital de Riba d'Ave - Famalicão, um caso de reconhecido sucesso. O director do Hospital de S. Marcos, Carlos Valério, tem participado na operação de transferência, em que o Provedor Bento Morais vem solicitando ao Ministério da Saúde, uma reapreciação e alteração do protocolo assinado em 1995, na altura do lançamento da construção do novo Centro de Saúde de Vila Verde, tendo em vista as necessárias obras de remodelação da unidade em questão.

O Hospital de Vila Verde é propriedade da Santa Casa e logo que seja inaugurado o novo Centro de Saúde, o que tarda a acontecer, passará a assumir a sua gestão, tal como ficou decidido na última Assembleia Geral da Misericórdia. Mas fá-lo-á após a assinatura de acordos de convenção com o Estado, que estão precisamente a ser negociados, estando marcada para o dia 9 de Junho uma reunião em que o Secretariado da União das Misericórdias do Norte irá debater com a ARS Norte um protótipo de acordo, o primeiro com o actual Governo.

E, de acordo com Bento Morais, "como a Saúde, como é sabido, não dá dinheiro, todas as cautelas são precisas, porque isto tem uma função social e o melindre vem daí. Por um lado temos uma classe médica exigente quanto à retribuição monetária pelo seu saber e por outro



lado temos um utente financeiramente precário. A Santa Casa vai ter de assumir uma quota-parte social e o busilis está aí. O que o Estado vai dar nos acordos de convenção que de certeza vão ser assinados, não vai dar para pagar a assistência médica que nós vamos ter que contratar."

A intenção da actual Mesa Administrativa, que recebeu o aval unânime da Assembleia Geral, é transformar aquela unidade num "hospital privado social a financiar em pleno e não como um lar de acamados, como está a acontecer". Para tanto, pretende, para além das convenções a assinar com o Estado, assegurar acordos com outras entidades, como sindicatos, EDP, seguradoras, ADSE, que garantam uma significativa diferença de preços relativamente às clínicas particulares.

O primeiro grande problema prende-se com as actuais instalações, cuja construção remonta à década de 60, não adaptadas à Medicina moderna, estando orçadas em 180 mil contos só as obras a realizar no edifício.

Quanto ao funcionamento, a aposta é na qualidade a dispensar aos 50 mil vilaverdenses, que passa pela "existência do Raio X, que irá funcionar logo desde o primeiro dia,

de um centro de fisioterapia, de especialidades como oftalmologia, pneumologia... que conseguiremos através de acordos com médicos especialistas, que providenciarão o equipamento se lhe garantirmos certas contrapartidas financeiras."

Há ainda um acordo de cooperação com o Hospital de S. Marcos no sentido de serem encaminhados para Vila Verde doentes após cirurgia, "porque vamos ter um equipamento sofisticado e porque os custos, que actualmente rondam os 40 contos diários no S. Marcos, poderão ser aqui de 10 ou 15 contos". Em contrapartida, a Direcção do S. Marcos colaborará na instalação do equipamento do bloco operatório e das especialidades que irão ainda ser objecto de análise entre as duas entidades.

O serviço de atendimento permanente também será assegurado, "porque o Hospital de Vila Verde foi construído com a ajuda de todo o povo de Vila Verde, de modo que a partir do dia em que assumirmos a sua gestão temos que garantir um serviço de urgências durante 24 horas, com funcionamento mais qualificado, e o ponto de discordância é precisamente este, porque o Estado não aceita a livre concorrência, mas terá que começar a fazê-lo".

BIBLIOTECA PARA TODOS

No âmbito do Ano Europeu da Luta contra o Racismo e a Xenofobia, tem sido levada a cabo em oito bibliotecas nortenhas uma campanha que visa a "promoção da tolerância e aceitação da diferença".

O projecto, intitulado "Biblioteca pela Diferença", está a ser conduzido pela Bibliomédia, associação de bibliotecas para a cooperação, e desenvolver-se-á até ao final do ano, contando com a participação da Biblioteca Professor Machado Vilela. Também as Bibliotecas Municipais de Esposende, Fafe, Felgueiras, Guimarães, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão e Pública de Braga constituem palcos onde estão e irão ser promovidas acções de sensibilização, colóquios, exposições, ciclos de vídeo, debates e um concurso fotográfico.

A iniciativa, orçada entre três a

quatro mil contos, foi apresentada publicamente no Governo Civil de Braga, no dia 22 de Abril, pela presidente da Bibliomédia, Maria João Sampaio. As oito bibliotecas públicas pretendem assinalar de forma inequívoca que têm norteado a sua acção pelo rigoroso cumprimento do Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas, designadamente no que concerne ao princípio que determina que os seus serviços "devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social".

A participação da Biblioteca Professor Machado Vilela constará da realização de um dicionário visual infantil, no âmbito do "Projecto Infância", contando com a colaboração de escolas concelhias do ensino

pré-primário e do 1º ciclo.

• Formação sobre bibliotecas escolares

A Bibliomédia promoveu ainda na sua associada vilaverdense uma acção de formação visando o aprofundamento de conhecimentos sobre as bibliotecas escolares e a forma de relacionamento das mesmas com as bibliotecas públicas.

Destinada a bibliotecários, técnicos adjuntos, professores e responsáveis por bibliotecas escolares, a acção desenvolveu-se ao longo dos dias 5 e 6 de Maio e teve como formadores o galês Raymond Astbury, presidente da Associação de Bibliotecas Escolares de Gales, e a sueca Kerstin Hassner, Directora do Departamento de Cultura e Tempos Livres do município de Ljusdal.

Governo atribui verbas a Barbudo e Coucieiro

O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, acaba de selar protocolos que garantem a comparticipação de mais empreendimentos que não excedem os 10 mil contos.

Desta feita foram aprovadas as candidaturas de Barbudo e de Coucieiro, entre muitas outras da região, após os mais de 26 mil contos distribuídos neste primeiro semestre pelo Clube Náutico de Prado, Santuário do Bom Despacho de Cervães, Associação Cultural e Recreativa de Godinhaços e de Azões e Comissão Fabriqueira de Aboim da Nóbrega. A Associação Desportiva de Barbudo e a Comissão Fabriqueira de Coucieiro vão receber à volta de 6 mil contos cada, no âmbito do Sub-programa B do Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), por intermédio do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, tutelado por João Cravinho.

Verba que vai permitir a conclusão do gimnodesportivo de Barbudo e o arranjo do adro da Igreja Paroquial de Coucieiro, cuja fundação remonta à primeira metade do século XII (1128), tendo sido alvo de reconstrução que lhe obliterou a sua estrutura românica.

Há ainda vários outros projectos vilaverdenses, a aguardar igual sorte, que o Secretário de Estado, na cerimónia do dia 24 de Maio, no Palácio dos Falcões, considerou constituir um estímulo ao trabalho voluntário.

Socialistas e "populares" congratulam-se com mais esta benesse governamental, com aqueles a chamarem a atenção para o papel desenvolvido pelo deputado Martinho Gonçalves: "A seu tempo haverá oportunidade para que o povo de Vila Verde diga se está com os vendilhões do templo ou com os pagadores de promessas".

Enquanto para o PP concelhio, estas comparticipações são fruto da acção desenvolvida pelo seu actual candidato, visto ter sido na sua vigência camarária que foi elaborado um vasto pacote de candidaturas a este programa.

Estas reivindicações de louros não caíram bem ao candidato Arlindo Fagundes, que as vê como o reconhecimento de alguma forma de influência recriminável junto da administração central ou uma mentira de Bento Morais e de Martinho Gonçalves. Seja como for, o candidato da CDU lamenta que apenas duas freguesias de Vila Verde hajam sido contempladas, e que pela alardeada influência do deputado seu concorrente outras freguesias com candidaturas pendentes não tenham tido direito à sua "fraudezinha".

Rendimento Mínimo para todo o concelho

O Rendimento Mínimo Garantido vai ser alargado a todas as freguesias do concelho de Vila Verde. Para o efeito, decorreu no pretérito dia 16 de Maio, na Câmara Municipal de Vila Verde, o acto oficial do lançamento da Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido.

A Casa do Povo da Vila de Prado, contrariamente a informação veiculada em nota à imprensa pelo Vereador da Acção Social da Câmara Municipal de Vila Verde, Joaquim Pimenta Pereira, integra esta Comissão, juntamente com a Cruz Vermelha de Prado, a Câmara Municipal de Vila Verde, o Centro Regional da Segurança Social de Braga, a Direcção Regional de Educação do Norte, o Instituto de Emprego de Braga, o Centro de Saúde de Vila Verde e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde.

Os serviços desta Comissão funcionarão na Casa da Cultura de Vila Verde, tendo a Câmara disponibilizado um técnico para o efeito, visando, como em todo o País, assegurar a inserção das pessoas e famílias com graves carências económicas, excluídas ou em risco de exclusão social, proporcionando condições mínimas de existência a todos os cidadãos.

Soutelo celebra centenário da fundadora das Franciscanas

Os dias 10 e 11 de Maio revestiram-se de um significado especial na comunidade religiosa de Soutelo, porquanto teve lugar a celebração do centenário da fundadora das Irmãs Franciscanas da Providência, a Irmã Ana de Jesus Faria de Amorim.

No dia 10, pelas 9 horas, foi celebrada uma Eucaristia no Seminário da Torre e houve ainda oportunidade para a passagem de um diaporama de retrospectiva da vida e acção da Irmã Ana na igreja paroquial de Soutelo.

No dia seguinte, os fiéis puderam comparecer a outras Eucaristias, na igreja de Soutelo às 7.30 e 10.30 horas, na da Loureira às 9 horas, no Santuário do Alívio às 9 horas e no Seminário da Torre às 12 horas.

A tarde deste domingo foi preenchida com uma sessão no Seminário da Torre, pelas 15.30 h e um convívio e confraternização no mesmo edifício, cerca de duas horas depois.

Da acção meritória da Irmã Ana Amorim destaque para a criação, em Fátima, de uma obra em favor dos necessitados, que começou com instalações assaz precárias mas depois, mercê da contribuição de fiéis, acabaria por adquirir um terreno anexo ao Santuário de Fátima, onde viria a construir a Casa da Divina Providência. Acolheu meninas pobres e abandonadas e mesmo deficientes profundas.

Servir e amar como Maria e viver à maneira de S. Francisco de Assis são alguns dos grandes lemas das irmãs franciscanas, cuja acção social deveras louvável entretanto se espalhou a outras povoações.



FÁBRICA DE BORDADOS REGIONAIS
ARTIGOS DE ARTESANATO EM LINHO
MINHO - PORTUGAL

Maria Helena Dantas, L.da
EXPORTADORES

Variedade de linhos, Toalhas de Mesa, Jogos à Americana,
Tabuleiros, Sacas, Guardanapos, Artigos com renda, etc.

Reposteiros e cortinados, colchas coroa-de-rei e estilo
antigo, naperons decorativos, palas, abat-jours

SEDE E FÁBRICA - Lugar da Fuzelha - PRADO (S.ta Maria)
Telefs. - 922247 / 922269 - Fax 921869
AGORA COM LOJA COMERCIAL - Lugar do Outeiro - PRADO (S.ta Maria)
Telef. 921001 4730 Vila Verde



PICHELARIA CÁVADO, L.DA

AQUECIMENTO CENTRAL

ESTUDO E MONTAGENS

PISCINAS E BOMBAS

BOM SUCESSO - PRADO - TELEF. 921593 - FAX 922646
4730 VILA VERDE

Se tem Problemas de Visão
a

ÓPTICA DE PRADO

Deve Visitar

Marcações de Consultas

Médico Oftalmologista

Óculos de Sol

**Lentes e Armações
de Marcas Consagradas**



QUINTA DA BOTICA — LOJA Nº 9
TELEF. 92 18 94 — PRADO — 4730 VILA VERDE

ESCOLA DE CONDUÇÃO

VERDE MINHO

GERÊNCIA DE: *JOSÉ FERREIRA & FONTES*

Trata de toda a documentação p/ condutores e
automóveis

Formação e atendimento rápido para emigrantes

- Ligeiros
 - Pesados
 - Motociclos

PRADO - Telef. Escola 921215 - Resid. 71552 - 4730 Vila Verde

JOVENS DO PRADO TÊM PERNAS PARA ANDAR

Numa altura em que a equipa senior do G. D. de Prado anda pelas ruas da amargura, não indo além duma classificação mais do que modesta no último escalão do futebol distrital, o futebol juvenil constitui uma verdadeira lufada de ar fresco para os pradenses que continuam arreigados a sentimentos de simpatia e orgulho pelo clube da terra.

De facto, os juvenis tiveram, esta época, como na anterior, uma prestação perfeitamente digna, e os juniores, depois de na época transacta terem logrado a promoção a um escalão superior, desta feita cotaram-se ao mais elevado nível, alcançando um honroso quinto lugar numa temporada em que até foi possível ir habituando alguns juvenis às exigências de um mais competitivo campeonato.

Ao cabo da terceira época consecutiva à frente dos destinos das camadas jovens do G. D. de Prado, Paulo Pedrosa, Manuel Correia e João Carvalho fazem o balanço de mais uma temporada em que voltaram a revelar um inestimável espírito de sacrifício e abnegação em prol de uma tão nobre causa, ainda que nem sempre devidamente reconhecido, e perspectivam o futuro próximo.

Num breve balanço no que toca ao aspecto competitivo, conviriam que "ao fim e ao cabo acabou por se atingir os objectivos inicialmente previstos, ainda que quando se entra em qualquer competição desportiva o objectivo máximo seja a vitória. Sabíamos perfeitamente que o campeonato de juniores, este ano na primeira divisão, seria muito mais exigente para todo o grupo de trabalho, e, apesar do resultado bem positivo alcançado, fica a sensação de que, dado o valor do trabalho desenvolvido, podíamos ter ido um pouco mais longe. O mesmo se diga dos juvenis, pois começámos mal a primeira volta, depois viemos a recuperar gradualmente e acabámos a competição a um nível que nos diz que se temos iniciado melhor o resultado final seria outro."

Em termos de apoios, nomeadamente no respeitante ao aspecto financeiro, a avaliar pelas palavras dos jovens dirigentes, a época ter-se-á igualmente pautado pela regularidade: "a esse nível não podemos queixar-nos, reconhecemos mesmo que a época mais difícil acabou por ser a primeira, altura em que encetamos os primeiros contactos e tivemos que ultrapassar as primeiras barreiras; na época anterior tivemos um trabalho apurado com vista a alcançar os apoios imprescindíveis e lá terminámos com um saldo positivo; na época agora finda, até acabámos por ter menos trabalho a este nível, muito provavelmente porque já existe uma outra mentalização da população e uma predisposição para colaborar. Os apoios lá foram surgindo e voltámos a terminar com um saldo positivo."

É por demais notório que o grupo de trabalho se cinge a três ou quatro pessoas em pleno, o que é concerteza muito pouco para dar apoio a duas equipas. Esta situação estará inevitavelmente a causar alguma saturação, e disso nos dão conta os mentores das camadas jovens do clube após longos anos de



hibernação do futebol juvenil pradense: "a este nível é que se mantém o busílis do problema, porquanto os apoios humanos continuam a faltar, tendo essa tendência vindo a acentuar-se esta época."

Pese embora o desgaste de três temporadas consecutivas a darem o melhor de si, em inquestionável prejuízo das vidas pessoais e profissionais, impunha-se saber se estão dispostos a dar continuidade a tão frutuoso trabalho, no que se revelaram mais previdentes, embora tenha pairado a impressão de que pela sua parte, e não obstante tantas contrariedades, não deixarão o barco encalhar. Senão atente-se nas considerações que a este propósito teceram: "No próximo sábado terá lugar uma Assembleia Geral do clube e pode ser que surja um elenco directivo, portanto não podemos, a priori, traçar o destino das camadas jovens. Se estiverem criadas condições para tal, alguns dos elementos que têm vindo a laborar em prol do clube e da terra pensam continuar no activo a dar o melhor de si, mas opinam que a manter-se a situação em termos humanos, provavelmente terá que se cessar a actividade de uma das categorias, embora seja prematuro para afirmar soluções desta ou de qualquer outra natureza, tanto mais que a Assembleia Geral ainda não se realizou, mesmo sabendo-se que, a exemplo dos demais anos, o mais provável seja o clube cair num vazio directivo."

Em face da nossa insistência, acabariam por reconhecer que a preparação da próxima época não poderia ficar de todo dependente de uma Assembleia de frutos muito duvidosos: "A próxima época, ainda que de uma forma algo ténue, nem por isso deixa de estar a ser preparada. Digamos que, apesar da competição ter cessado, o nosso trabalho não parou totalmente, embora, por outro lado, não possamos assumir a cem por cento pois desconhecemos o que poderá resultar dessas Assembleias. De resto, está longe de ser nossa pretensão induzir as pessoas na falsa convicção de que, por estarmos no activo, já existe uma direcção e isso represente motivo ou pretexto para cruzarem os braços."

Porque no início da época os nossos interlocutores se debateram com a insólita dificuldade em conseguirem certificação médica para os jovens atletas, não poderíamos deixar de aflorar a questão, até tendo em vista que não tardarão a ter que enfrentar o mesmo problema. Em boa hora o fizemos, pois a resposta foi veemente e inequívoca:

"É bom que surja a oportunidade para nos referirmos a este assunto, dado que esse tem sido o nosso maior obstáculo nas pré-temporadas, embora na Associação de Futebol de Braga nos tenham dito que somos o único clube que lhes coloca este problema. Nesta época vimo-nos e desejamo-nos para conseguirmos o certificado médico imprescindível para a inscrição dos atletas. O clube não tem condições, nem é fácil conseguir um médico para dar assistência. Os médicos que o fazem a clubes desta natureza fazem-no por caridade, ou por amizade, mas em Prado isso não se tem afigurado possível e temos recorrido ao Centro de Saúde. De resto, inicialmente os médicos recusaram-se, afirmando que o clube tem que ter um médico que realize tal tarefa, quando é sabido que clubes que primam pelo amadorismo não o podem conseguir. Acabámos mesmo por ter que recorrer ao Sr. Delegado de Saúde de Vila Verde para que os médicos do Centro de Saúde local acedessem a examinar e certificar os jogadores. Esta é uma prova cabal de que o próprio Estado em nada contribui para ajudar, nem de forma indirecta, o desporto amador quando lhe compete, mais do que a ninguém, fazê-lo."

Paulo Pedrosa, Manuel Correia e João Carvalho aproveitaram ainda o ensejo para sublinharem a receptividade e o apoio de várias entidades e particulares, sendo certo que o contributo da Câmara Municipal se tem afigurado indispensável. Quanto à Junta de Freguesia, esta época revelou uma maior abertura e sensibilidade e tem vindo a prestar uma assinalável colaboração.

Também o subsídio atribuído pelo INDESP para aquisição da carrinha para transporte dos jovens atletas mereceu uma nota de destaque dos dirigentes do G.D. de Prado, que na corrente época introduziram significativas melhorias nas instalações do clube, mormente através da colocação de uma tela que veio solucionar o gritante problema das infiltrações de águas no balneário. Igualmente relevante foi a colocação de uma nova iluminação, que veio proporcionar condições dignas para a realização dos treinos.

Sendo certo que esta, com muitas terras, se vem revelando pródiga em gente inactiva sempre disposta a reprovar as realizações alheias, nem por isso deixa de ser oportuno convir que subsistem pessoas desinteressadamente empenhadas em causas públicas e, por isso, susceptíveis de cativarem todos os apoios e incentivos.

6º A de Prado publica trabalho da área-escola

O trabalho realizado pela turma A do 6º ano, da Escola EB 2,3 de Prado, no âmbito da área-escola, acaba de ser publicado sob o título "Usos e Costumes da Nossa Terra". Trata-se de uma rica recolha do património oral levada a cabo com a coordenação da Directora de Turma, Maria de Lourdes F. Gonçalves, e que visou "promover a prática de métodos de pesquisa e aquisição de ciência nas várias áreas do saber tradicional, dar à escola a possibilidade de conceber um livro sobre o mundo rural da zona geográfica que envolve os alunos e a comunidade", bem como "incentivar a participação da comunidade escolar face às mudanças". No dizer da Dra. Maria de Lourdes Gonçalves, este trabalho de carácter científico-pedagógico "entusiasmou a turma na sua globalidade" e encerrou uma "tarefa que corresponde aos interesses de alunos e comunidade."

Não raro, subalterniza-se a área-escola e considera-se que se trata de mais um florido deste novo modelo de ensino que prima pelo sucesso fácil, mas este valioso trabalho realizado na escola EB 2,3 de Prado vem atestar o carácter construtivo e o contributo da área-escola no complemento da formação dos alunos, desde que os docentes entendam o seu verdadeiro espírito e se disponham a empenhar-se em ordem à realização de trabalhos dignos desse nome.

ACRAP promove finais de Desporto Escolar

No dia 4 de Junho, o parque desportivo do Vila Verdense Futebol Clube foi palco das finais do projecto de Desporto Escolar promovido pela Associação Centro de Recursos e Apoio Pedagógico do Ensino Básico e Secundário do Vale do Homem (ACRAP).

Cerca de mil alunos das escolas do 1º ciclo e do Ensino Básico Mediatizado (EBM) do concelho competiram em provas de atletismo e de andas, culminando um trabalho desenvolvido ao longo do ano lectivo nas várias escolas que aderiram ao projecto, que contou com o apoio do Governo Civil. Também foi encontrado o conjunto vencedor de um torneio de futebol de 5 igualmente realizado durante o ano lectivo prestes a terminar.

As escolas do EBM de Codessal e de Duas Igrejas realizaram actividades conjuntas comemorativas do Dia Mundial da Criança, tendo no dia 2 de Junho, pelas 14h, procedido à inauguração do Campo de Futebol de S. Pedro, no lugar de Codessal, seguindo-se um jogo de futebol entre as duas escolas. Haverá ainda espaço para a realização de jogos recreativos envolvendo as cerca de 110 crianças das duas escolas.

Secundária encerra 10º aniversário

O encerramento das comemorações do 10º ano da existência da Escola Secundária de Vila Verde tem lugar no dia 6 de Junho com um programa que começa cerca das 15 horas e se prolonga até ao serão.

Começa com representação teatral, seguindo-se o lançamento da revista e outros símbolos comemorativos do 10º aniversário da Escola. Às 17.30 tem lugar a entrega de prémios aos alunos que participaram nos concursos realizados ao longo do ano, seguindo-se o verde de honra.

O serão é preenchido com um jantar convívio entre alunos do 12º ano, professores e empresas onde os alunos tiveram o ensejo de estagiar, pelo que após o jantar é realizada a entrega dos diplomas dos alunos que participaram nos estágios e aos que mais se destacaram no ensino secundário. As actividades fecham com o baile de finalistas.

Arlindo Fagundes reúne "jóias da coroa"

O candidato à Câmara de Vila Verde da Coligação Democrática Unitária (CDU), Arlindo Fagundes, teve, no dia 24 de Maio, em Moure, um almoço de trabalho com autarcas minhotos eleitos pelas cores políticas que representa.

Foram convidados os presidentes das juntas de freguesia de Vilar da Veiga-Terras de Bouro, do Soajo-Arcos de Valdevez e de Vilar de Mouros-Paredes de Coura, "jóias da coroa" da CDU no Alto Minho, motivo de orgulho para Arlindo Fagundes, por se tratar de três localidades que "além de emblemáticas em termos minhotos, quase podem ser consideradas como verdadeiros símbolos nacionais". Os presidentes convidados são tidos pela candidatura comunista como "homens com uma experiência autárquica notável, alguns deles sucessivamente reeleitos e que além de verem o seu trabalho reconhecido localmente, são hoje dos mais prestigiados presidentes de junta minhotos. O candidato vilaverdense diz ter colhido da experiência de Carlos Guimarães e de Carlos Alves, de Vilar da Veiga e de Vilar de Mouros, face à ausência de António Enes, informação útil na definição de perspectivas de desenvolvimento de algumas áreas da zona norte do concelho de Vila Verde, nomeadamente em matéria de turismo, património, política florestal..."

Marcaram ainda presença na sessão de trabalho "prováveis" cabeças-de-lista da CDU de freguesias do concelho; Ananias Roriz (Cabanelas), Manuel Carvalho (Lage) e Francisco Peixoto (Vila de Prado).



CANDIDATOS



Durante duas décadas o concelho de Vila Verde viveu uma espécie de marasmo político, que só ultimamente parece acabar e entrar-se num tempo bem mais efervescente. A razão desta "calmaria" deveu-se a António Cerqueira. Este venceu todas as provações eleitorais e criou, aos poucos, uma aura de invencibilidade. Só mesmo uma contenda judicial, com o seu afastamento da presidência do executivo camarário, que teve como consequência o finca-pé de Bento Morais, o demoveu a voltar a candidatar-se.

As vitórias sucessivas de António Cerqueira devem-se à sua ímpar intuição política, ao derrotismo antecipado e a alguma mediocridade das oposições. Cerqueira sempre soube transmitir simpatia e esperança aos que o procuravam, colocando-se permanentemente do lado mais forte nos conflitos que dirimiu. Os independentes da política e, até, os militantes dos outros partidos sempre foram o seu exército fiel. Para isso sacrificou o CDS para que as suas vitórias consecutivas fossem realidades superiores.

As oposições fizeram quase tudo ao contrário do presidente Cerqueira: fecharam-se nos seus partidinhos, hostilizaram os independentes, nunca aliciaram simpatias noutros tabuleiros, nem acreditaram neles mesmos. Faço excepção à campanha eleitoral de 1989, onde Alberto Oliveira, que estava no seu melhor, disferiu uma

demolidora batalha contra Cerqueira que quase conseguiu a vitória. Há quem diga que foi a súbita melhoria do resultado do CDS em Cabanelas e Cervães que salvaram Cerqueira da derrota.

Bem, é o futuro e não o passado que agora nos deve interessar. Este preâmbulo tinha apenas a intenção de nos precipitar no futuro que se abeira a passos largos de nós e tentar compreender, com a objectividade possível, os caminhos já anunciados. É esta análise que me interessa e não a cega apologia de alguém que me desinteressa de todo.

Vila Verde tem três sérios candidatos: Bento Morais, José Manuel Fernandes e Martinho Gonçalves.

Bento Morais há muito que aspirava à presidência do executivo camarário de Vila Verde. A suspensão do mandato de Cerqueira fê-lo assumir a condução da Câmara. Como é reconhecido por todos, tem nota positiva no trabalho efectuado. Morais foi realista no orçamento de 1996 e trabalhou incansavelmente ao serviço do concelho de Vila Verde. Como aspectos negativos, há quem o acuse de pouca transparência nos concursos realizados pela Câmara, algumas infelizes trocas de funcionários e algum débito de simpatia pública.

Caso Bento Morais realce o seu dinamismo laboral, consiga ter bem junto de si, como seu braço direito, o professor Mota Alves - hoje é a verdadeira imagem de marca do

PP vilaverdense - e se conseguir ter consigo o grosso de independentes que constituem a bancada PP na Assembleia Municipal, será um candidato quase imbatível.

O PSD tem sido o grande perdedor nas eleições autárquicas. Não foi por falta de trabalho e de militância afincada, mas porque nunca conseguiu as pessoas certas para os lugares certos. E todos nós sabemos como as pessoas são fundamentais nas eleições municipais. Para além disso o PSD sofreu ainda a crise de excesso de militantes. Quase todos os militantes da era cavaquista procuravam um emprego, um cargo e prestígio. Como estes estatutos rareavam e o cartão do PSD nada valia em Vila Verde, originaram-se supe-lutas intestinas no partido laranja, trazendo consequentes derrotas autárquicas.

A vitória partidária de José Manuel Fernandes poderá representar uma viragem no PSD vilaverdense, como poderia acontecer com Álvaro Santos. Todos sabemos que Fernandes tem aspirações a presidente da Câmara de Vila Verde e, talvez, a outras funções mais altas nesta república. Assiste-lhe uma vontade intrépida e uma aspiração permanente, essenciais nos vencedores.

José Manuel Fernandes nada tinha a ganhar em não ser candidato à presidência da Câmara e tudo a ganhar em sê-lo. A candidatura autárquica de Fernandes irá projectá-lo em todo o concelho,

pois ainda não é suficientemente conhecido. A segunda grande vitória será não descer os resultados do PSD abaixo das últimas eleições autárquicas. E tudo indica que irá subir, com algumas probabilidades de ganhar a Câmara. Mas é necessário ser realista! Caso o bom resultado se verifique, José Manuel Fernandes será um sério candidato à vitória em 2001. Estará aqui a sua terceira vitória.

O deputado Martinho Gonçalves é outro provável vencedor à Câmara de Vila Verde. Tudo tem feito para isso: anda em campanha há quatro anos, moderou muito a sua conduta, fez-se amigo do presidente Cerqueira, e parece copiar-lhe o sucesso; esteve em todos os acontecimentos de Vila Verde, pôs-se a tempo do lado da frente popular de Cabanelas, Cervães e Oleiros contra famílias ciganas que cometem graves ilegalidades, votou contra a despenalização do aborto e até se manteve sempre perto de S.A.R. Dom Duarte de Bragança, quando da sua visita a Vila Verde. Martinho auscultou como ninguém as ânsias do povo vilaverdense e percebeu que o seu socialismo terá de ser o mais à direita possível.

Se Martinho Gonçalves tem dado os passos certos para se colocar na melhor posição possível para ganhar a Câmara, o PS pode bloquear-lhe a vitória final. Mas Martinho tem demonstrado plena consciência deste problema e, à boa maneira do presidente

Cerqueira, está a pôr-se em cima do PS e a disparar contra os incómodos do PS, como tem acontecido com o seu braço de ferro contra o inoportuno Pedro Bacelar de Vasconcelos. De Vila Verde também lhe poderão surgir dissabores, pois alguns dos seus camaradas só atrapalharão a estratégia de Martinho, atendendo às suas atitudes demasiado fechadas e jacobinas. Não tenho dúvidas que o deputado vilaverdense irá prescindir de muitos serviços socialistas em troca de independentes e de líderes locais de outros partidos, que lhe trarão votos. Martinho até poderá sacrificar listas e juntas PS (como a de Cabanelas, que já é um caso perdido) a favor de listas independentes e de outros partidos, como sempre fez o presidente Cerqueira.

Os independentes serão a força suficiente que fará balançar a vitória para o candidato que a seduzza. Também é com eles que está a maior capacidade de intervenção em Vila Verde. Da maior parte dos militantes dos diversos partidos não se tem visto nada e quase não contam numas eleições autárquicas. Cativar os independentes é o busflis da vitória em Vila Verde. Sempre foi isto o que fez o presidente Cerqueira! O que melhor souber fazer isto de novo, será o vencedor.

Subam os panos!

A cena está prestes a começar.

David Araújo

APDR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

CASA-ESCOLA AGRÍCOLA "CAMPO VERDE"

CURSO DE OPERADOR AGRÍCOLA

— DURAÇÃO DE 3 ANOS, COM EQUIVALÊNCIA AO 9º ANO —
(ALTERNÂNCIA EM REGIME DE INTERNATO)
ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES

INFORMAÇÕES:

NA PRÓPRIA C.E.A. CAMPO VERDE
S. PEDRO DE RATES - PÓVOA DE VARZIM
OU PELO TELF. (052) 951223

CONDIÇÕES DE ACESSO:

- 6º ANO DE ESCOLARIDADE.
- CANDIDATOS COM IDADE DE ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA ULTRAPASSADA.
- CANDIDATOS QUE PRETENDAM SEGUIR UMA VIA PROFISSIONAL LIGADA À ACTIVIDADE AGRÍCOLA.
- CANDIDATOS QUE EM COLABORAÇÃO COM A ESCOLA E SUA FAMÍLIA PROCUREM UMA FORMAÇÃO NÃO SÓ PROFISSIONAL, MAS, TAMBÉM HUMANA, QUE COMPLETE AQUELA E LHES DESENVOLVA OUTROS VALORES COMO O ESPÍRITO DE INICIATIVA, SENTIDO DE LIBERDADE E RESPONSABILIDADE PESSOAIS, ESPÍRITO ASSOCIATIVO, CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS.

Financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português.



Fábrica de Confecções Leather, Lda

CONFECÇÃO EM COURO E ANTÍLOPE

SEDE: Lugar do Faial - PRADO

Telefs. 921102 / 921845 / 921155 / 921148

Telex 32258 LEATHR P - Apartado 9 Telefax 921154

4730 VILA VERDE - PORTUGAL

A LEI DAS FINAÇAS LOCAIS

Nos últimos dias tem o País assistido a uma polémica entre os partidos da oposição e o partido que apoia o governo sobre a Lei das Finanças Locais. Os partidos já nos habituaram a que o que dizem na oposição muitas vezes não cumprem quando chegam ao poder e vice-versa. A luta que se está a travar entre o governo e o maior partido da oposição não tem razão de existir em virtude do PSD, partido que esteve no poder durante dez anos não ter autoridade para exigir aquilo que não foi capaz de fazer durante esse tempo.

A actual lei das finanças locais foi aprovada por unanimidade em Outubro de 1986 tendo sofrido alterações significativas nos anos de 1988, 1990, 1992 e 1993. Das várias receitas que os municípios têm, aquela que tem sofrido mais contestação é o FEF, ou seja, o Fundo de Equilíbrio Financeiro. Este fundo, que foi criado em 1979, começou por ser calculado com base nos investimentos de capital da administração central o que nunca foi cumprido e deu azo a muitas polémicas. Depois passou a ser estabelecido pelo governo e a polémica entre partidos continuou. Em 1986 e com a instituição do IVA a fórmula de cálculo passou a ter por base este imposto, mas o litígio não parou pois as autarquias e a oposição nunca deixaram de criticar o governo devido a este calcular o IVA "por baixo" retirando verbas às autarquias.

Em 1992, 1993 e 1994 o governo suspendeu a fórmula do cálculo do FEF, diminuindo substancialmente as verbas das autarquias. Foi só em 1995, já com o actual governo, que os critérios das finanças locais começaram a ser cumpridos.

Como estamos em ano de eleições autárquicas, vemos que os partidos de oposição tentam captar votos não olhando a meios para atingir os seus fins, mesmo que o aumento das verbas para as autarquias não se encontre orçamento de Estado. É o caso da projecto do PSD, que quer incluir vinte por cento das receitas do IRS para as autarquias, verba distribuída tendo em conta a população, a área, as colectas dos impostos municipais, a rede viária ou acessibilidades dos municípios. Tudo estaria correcto se esta verba não mexesse com a alteração do aumento de impostos e com a entrada de Portugal na moeda única. O governo prometeu duplicar as verbas para as autarquias mas durante o seu mandato de quatro anos e não no ano das eleições como o PSD tenta fazer. Perguntamos por que razão o PSD durante dez anos não se preocupou com o aumento das verbas das autarquias?

TRIBUNAL DE FAMÍLIA E DE MENORES DE BRAGA ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que por este Tribunal, correm seus termos uns Autos de Acção de Divórcio Litigioso N.º 76/97, em que é Autora MARIA DO SAMEIRO FONSECA FERREIRA, residente na rua da Pousada Loureira, Vila Verde e RÉU ANTÓNIO LOPES DA COSTA, com última residência conhecida na mesma morada, é este Réu citado para, no prazo de TRINTA DIAS, finda a dilação de TRINTA DIAS, a contar da data da segunda e última publicação dos anúncios, contestar, querendo, a dita acção identificada, com a advertência de que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pela Autora, e ainda, para dentro do mesmo prazo, querendo, deduzir oposição ao pedido de apoio judiciário formulado pela Autora e liminarmente admitido, conforme consta no duplicado da petição inicial que se encontra depositado neste Tribunal à disposição do citando.

Braga, 15 de Maio de 1997
O JUIZ DE DIREITO,
a) Anselmo Augusto lopes
A ESCRIVÁ ADJUNTA
a) Anabela Lima

A MARATONA — PRADO

Artigos Desportivos

APOIA E FORNECE A EQUIPA
"VILA VERDE" — ALEMANHA
a disputar o Campeonato Alemão
de Futebol 11



Rua Costa Faria, 25 - Telef. 921457 ; Resid. 924418 ; Vila de Prado

PASTELARIA S. SEBASTIÃO

FABRICO DIÁRIO DE PASTELARIA FINA

BOLOS DE NOIVA - BAPTIZADOS
COMUNHÕES - ANIVERSÁRIOS

PRADO - TELEF. 921657
4730 VILA VERDE

AO SABOR DO TEMPO

• José Fernandes da Silva



QUEM SOU EU?

Quando cheguei ao mundo, na aldeia de Saxónia de Eislebeu, no dia 10 de Novembro de 1483, ninguém supunha que eu iria ser um dos maiores interventores no campo da religião.

No início do século XVI, todos os cristãos da Europa Ocidental e Central eram membros da Igreja Católica Romana, com obediência ao papa, que residia em Roma. A religião popular criara muitas superstições que não tinham cabimento nas doutrinas dos padres de outros tempos. Os papas pareciam mais príncipes italianos do que líderes religiosos. Foi por estas e por muitas outras circunstâncias que, nos princípios do século XVI, iniciei um movimento para tentar corrigir estas corrupções.

Eu era filho de um mineiro e um estudioso brilhante. Depois de terme sentido atraído por uma visão, fui para um mosteiro, com o intuito de tornar-me num monge. Eu era propenso a graves crises de depressão, quando me desesperava por pensar que me não salvaria. Todo o conjunto de procedimentos da Igreja não conseguia apagar o meu sentimento de indignidade e pecado.

Pus em questão muitas das práticas e cerimónias da Igreja, que me não satisfiziam, por achar que não estavam fundamentadas na Bíblia. Escrevi, então, as minhas conclusões nas "95 Teses" e afixei-as à porta da Catedral de Vitemberga. Com os novos métodos de impressão fi-lo circular, rapidamente, por toda a Europa e obtiveram a resposta de muitas pessoas com tendências religiosas e preocupadas com a situação da Igreja.

Em seguida comecei a distribuir muitos panfletos e livros. Neguei a autoridade absoluta do Papa, ataquei a riqueza e a corrupção da Igreja e o papel privilegiado dos padres na sociedade. Proclamei o sacerdócio de todos os crentes. Defendi que os padres deviam ser livres de poder casar e eu próprio abandonei os hábitos de monge e casei-me.

Insurgi-me contra as "indulgências" - documentos vendidos pela Igreja que se supunha possibilitarem a entrada no Céu a troco do pagamento de dinheiro.

Por todas estas posições que tomei fui excomungado pelo Papa e proscrito pelo imperador sacro-romano. Protegeu-me o Duque Frederico, da Saxónia, que partilhava das minhas ideias. Este movimento, que eu encetei, foi chamado de "Reforma" e os meus seguidores foram apelidados de "Protestantes", devido ao inconciliável conflito que se travou com os católicos.

Tudo começou após as ineficácias do Concílio de Latrão, que nada modificou nos costumes e abusos da Igreja. E, o cálice extravassou, quando Leão X se empenhou na construção da Basílica de S. Pedro do Vaticano - a ainda existente -, propondo aos fiéis as já citadas "indulgências", para a obtenção de fundos para a edificação da sumptuosa Basílica. A verdade é que muitos padres e muitos pregadores usaram esta possibilidade para abusar do seu poder sobre os fiéis. E da parte do Vaticano nada foi implementado para alterar esta situação.

Quando em 1517 decidi publicar as "95 Teses", é porque já não aguentava mais com tão escandalosa vivência de algum clero e a opulência e ineficácia do papado.

Foi em 1520 que, através da bula "Exsurge Domine" que o papa Leão X me condenou, queimando eu a carta quando a recebi. No ano seguinte fui excomungado. Acendia-se, com mais fervor, a fogueira da revolta, culminada com a "guerra dos camponeses" (1524-25), e esta sina político-religi-

osa durou décadas.

Do lado do catolicismo sou rotulado de: animal feroz e furioso, blasfemo, sacrílego, profanador, inventor de "874 mentiras e mais de mil traições do texto da Bíblia", como titulava um livro contestando as minhas teses. Traduza o Novo Testamento, tornando acessível a Bíblia a todos os fiéis. Em 1529 publiquei o Grande e o Pequeno Catecismo. No Concílio de Trento Roma seguiu-me os passos, publicando o primeiro catecismo da Igreja Católica.

Inúmeros fiéis seguiram o meu movimento de Reforma: Melancton foi o meu principal discípulo e sucessor, que redigiu em 1530, a Confissão de Augsburgo, uma espécie de carta das igrejas luteranas; Ulrich Zwingli e Calvino foram outros grandes continuadores do protestantismo.

Na madrugada de 18 de Fevereiro de 1546 desapareci da face da Terra, mas o meu movimento estava bem implantado em diversas regiões do mundo. Mesmo na morte consegui dividir os que me rodiavam: o diagnóstico de angina de peito, que supostamente me matou, com 62 anos, não colheu a unanimidade dos médicos que me assistiam. Tão pouco foi pacificamente aceite a minha morte natural. Muitos contaram para a lenda que eu me tinha suicidado, outros que fui estrangulado pelo diabo. O meu testemunho, perante os que me assistiam nos derradeiros momentos de vida, depois de me perguntarem: "Padre deseja morrer apoiado em Jesus Cristo, confessando a doutrina que ensinou?" Respondi, convicto: "Sim!"

Martinho Lutero

Avezinhas participam em colónia regional

O 1º Bando de Avezinhas da Vila de Prado, pertencente à Associação de Guias de Portugal, participou numa colónia regional na Apúlia. O tema "Os Oceanos" norteou este encontro, que decorreu entre os dias 25 e 27 de Abril de 1997, considerados inesquecíveis pela chefe Madalena Gomes, dada a alegria e boa disposição reinantes.

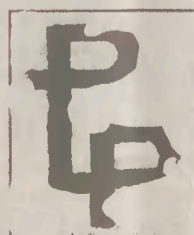
GALERIAS CARLIM



MODA
JOVEM

Armandino Araújo Carvalho

Rua Francisco Lopes Ferraz, nº 10 - Telef. 921621 - PRADO



PICHELARIA PINTO
A. J. Alves Pinto e Filhos, L. da

Aquecimentos Centrais

S. Sebastião - Prado (S.ta Maria) - 4730 Vila Verde
Telefs.: Escrit.: 921085 - Resid.: 32535

CANALIZAÇÕES
PISCINAS

Um hino à poesia autêntica de sabor bucólico

JOSÉ FERNANDES PUBLICA "ALFOBRE DE AMORES"

Nonosso número de Maio de 1995 perspectivamos novo encontro com a poesia do Professor José Fernandes da Silva. Então como agora, manifestámos o quanto apreciámos a leitura das suas singelas mas enriquecedoras criações poéticas. Desta feita, encanta-nos a autenticidade e a naturalidade como vai saltitando de tema em tema, num misto de realismo e devaneio.

A sua poesia é a de um artista plástico, enamorado por um mundo todo ele bucólico e cintilante, fértil nas mais díspares e sugestivas sensações:

*De onde é que vais descolar,
lindo avião de papel?,
que eu qu'ria pôr-te a voar
como um ligeiro corcel!*

*Com tanto esmero te fiz,
só para ver-te planar:
eu vou sentir-me infeliz,
se não subires no ar!*

*Mas creio não ter razão
para me preocupar,*

*pois já sinto o coração,
preso a ti, a viajar...*

É por demais interessante notar a forma peculiar como percorre toda uma fauna diversificada, presente no nosso imaginário das vivências de infância, que o poeta desperta e aviva através de uma linguagem prosaica, plena de uma sã naturalidade. Essa animização da natureza, reveladora de uma inestimável paixão pelo campo e pelas crianças, a viva descrição das suas experiências e o apego ao tradicional, são ingredientes que prendem o leitor, que o fazem mergulhar em "Alfobre de Amores", o cativam e o levam a ler, reler e saborear as poesias da primeira à última página.

*Meu barquinho de madeira,
aonde o ponho a boiar?,
para a feliz brincadeira,
que me anime a vida inteira
e faça agora sonhar...*

*Não pode ser nesse mar
muitas vezes tão cruel,*

*com vagas de amedrontar
e que chegam a tragar
um poderoso batel!*

*Que o meu barquinho, pintado,
muito frágil, pequenino,
não o qu'ria destroçado,
nem tão-pouco abandonado
a um funesto Destino...*

*Por isso o vou colocar
num tanque de calmas águas,
para vê-lo deslizar,
sem que possa naufragar
e encher-me o peito de mágoas...*

Esta objectividade e o notório pendor para o concreto, não são, contudo, impeditivos da expressão, embora algo discreta, de ideias e sentimentos, que definem o autor como um homem solidário com os mais jovens e os humildes, amigo da natureza, um apologista e defensor incondicional das tradições e, quiçá, dos mais elementares valores ecológicos. Na sua poesia a realidade e o sonho dar-se-ão sempre as mãos numa marcha contínua e espontânea, sem que se afi-

gure tarefa fácil chegar-se a determinar até que ponto um se revela prioritário em relação ao outro.

No seu estilo inconfundível, sempre original pela força da autenticidade e pelo próprio desejo de renovação, José Fernandes da Silva acaba de trazer ao mundo literário mais uma lufada de ar fresco e puro, contaminado pelo seu amor real e profundo pela vida.

O lançamento público da obra, edição da Câmara Municipal de Vila Verde, está marcado para a noite de 17 de Junho, na Biblioteca Professor Machado Vilela, enquanto a Escola EB 2,3 de Vila Verde dá também a conhecer a nova criação do seu ilustre docente no dia 17 do mesmo mês. Criação que tem vindo a ser facultada aos nossos leitores em ex-

JOSÉ FERNANDES DA SILVA

ALFOBRE de AMORES

POESIA

Edição da Câmara Municipal de VILA VERDE



1997

clusivo de há uns meses a esta parte, sob a forma fasciculada, no espaço "Ao Sabor do Tempo" com que o distinto autor honra este mensário praticamente desde a primeira hora.

ARLINDO FAGUNDES LANÇA MANUAL DE CERÂMICA

O multifacetado e genial artista e artesão Arlindo Fagundes, que gere uma oficina de cerâmica na Vila de Prado desde 1975, acaba de lançar um "Manual Prático de Introdução à Cerâmica".

Trata-se de uma obra editada pela Editorial Caminho, a que o notável ceramista, criador de peças de barro que o guindaram à notoriedade em tão complexo ramo, concede o estatuto de "auxiliar fundamentalmente prático para todos quantos se iniciam na cerâmica e também para todos os que, em relação a ela, hesitam em dar o primeiro passo".

De acordo com a editora, trata-se de um livro que "ensina a fazer", já que foi "concebido a pensar nas escolas e nos debutantes", em que a caracterização dos principais produtos cerâmicos, as matérias-primas e os modos de as conseguir e utilizar, os fornos e os restantes equipamentos, as principais técnicas de conformação e de decoração, a detecção e resolução dos problemas técnicos mais correntes nos surgem numa "linguagem simples e objectiva, com um carácter eminentemente prático". São cerca de 460 páginas em que "a ideia mística da cerâmica e dos seus lendários mistérios desvanecem-se de uma forma que seria chocante se não ficassemos contaminados pela tentação de arregaçar as mangas e experimentar também".

• "Obra-prima de revelação de segredos"

A apresentação pública do Ma-



nuel teve lugar na Biblioteca Professor Machado Vilela, em Vila Verde, na noite de 9 de Maio, e contou com uma adesão humana que levou o autor a sentir-se "em família".

"Estou comovido e muito sensibilizado pela presença de mestres e pessoas da cerâmica", declarou Fagundes numa cerimónia introduzida pela Directora anfitriã, Dra. Manuela Barreto Nunes, que considerou o autor um dos grandes amigos da Biblioteca que "fui encontrando sempre por aí, nos cafés, com os amigos, nas feiras de artesanato e percebendo que aquele homem fazia passos de magia com a cerâmica, que criava com sentido de humor e de crítica, e que as suas peças eram mais do que os objectos

à vista, uma galeria das personagens do nosso imaginário, do nosso quotidiano, da perturbação das nossas vidas".

A Editorial Caminho fez-se representar pelo Dr. José Oliveira, que agradeceu o acolhimento da Biblioteca, "que tão bons frutos tem dado e promete e constitui um exemplo, entre outros, seguido em todo o País". Considerou este "livro muito bonito" como mais uma etapa de um longo percurso Caminho-Fagundes, iniciado com a ilustração da famosa colecção juvenil "Uma Aventura". "Para além de artista de muitos e grandes talentos é para nós um amigo, um homem sério, que nos brindará com a qualidade a que nos tem habituado." -concluiu o Dr. José Oliveira.

A apresentação da obra esteve a cargo da Dra. Catarina Providência, do Centro Regional de Artes Tradicionais do Porto, que revelou estarmos perante "uma magnífica obra, que me surpreendeu sobremaneira, constituindo uma obra-prima de revelação de segredos desta grande arte, que, estou certa, irá ser lida e relida por aprendizes, iniciados e professores de cerâmica".

Arlindo Fagundes, no seu jeito tímido e modesto, revelou que principiou por escrever umas notas para satisfazer as dúvidas suscitadas por professores e estudantes na sua oficina, nunca pensando que as previamente pretendidas quatro folhas passariam a quatrocentas. Confessou que gostaria de ter encontrado um livro como o que produziu quando deu os primeiros passos na arte da cerâmica, ainda que reconhecendo "ter encontrado nas pessoas do meio tudo o que aprendi, porque se mostraram muito generosas".

A finalizar, o vereador Mota Alves, considerando a cerimónia um "momento marcante da vida desta Biblioteca", sublinhou o fascínio despertado pela obra de Arlindo Fagundes nas exposições alémfrenteiras e o Prémio Nacional de Design Artesanal ganho em Vila Nova de Cerveira, em 1987, com um pote de barro preto, tipicamente de Parada de Gatim, desafiando o criador a um trabalho de reprodução artística com tal matéria-prima. Forma de também a parte Sul do Concelho passar a dispor de um "ex-libris", tal como o Norte, que já

conta com os Lenços dos Namorados.

A noite findaria com uma queimada galega e uma amena cavaqueira, tempo aproveitado para, como diz a Dra. Manuela Barreto Nunes, "tentar descobrir que paixão faz este homem multifacetado arriscar sempre e, entre a arte e a técnica, não deixar de nos surpreender com o brilho do seu génio".

JORNAL DA VILA DE PRADO

DIRECTOR: Alfredo Pedrosa

CHEFE DE REDACÇÃO: Jorge Pedrosa

CORPORADACTORIAL: António Adelino Silva; António Zamith Rosas; João Ribeiro Pereira; João Macedo

COLABORADORES: José Fernandes (Freiriz), Amaro Arantes (Vila Verde), Francisco Azevedo, João Sousa, Gota d'Orvalho (Soutelo), Manuel Faria e Vítor Gonçalves.

FOTOGRAFIA: Manuel Correia

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO: Casa do Povo da Vila de Prado Empresa Jornalística nº 215 513 Mensário Registo na DGCS sob o nº 110 249

CORRESPONDÊNCIA: Casa do Povo da Vila de Prado Praça Comendador Sousa Lima 4730 Vila Verde Tel.: 921120 Contribuinte nº 501 063 846 Depósito Legal nº 7388/84

CONDIÇÕES DE ASSINATURA: Assinatura em Portugal e no estrangeiro: 1.000\$00

PREÇO 85\$00 COMPOSTO E IMPRESSO NA: TIPOPRADO - Artes Gráficas, L.da Travessa do Bom Sucesso - PRADO Tiragem - 1.750 ex.